



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VII Legislatura

Número: 83

III Sessão Legislativa

Horta, Quarta-feira, 17 de Setembro de 2003

Presidente: Deputado Fernando Lopes

Secretários: Deputados António Loura e Raúl Rego

Sumário

(Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 20 minutos)

Período de Antes da Ordem do Dia

Após a leitura da correspondência foi apresentado um **Voto de Pesar pelo “falecimento do Dr. Tomás Garcia Duarte Jr.”**, subscrito por todas as bancadas com assento parlamentar.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Duarte Freitas (*PSD*), intervieram os Srs. Deputados Hernâni Jorge (*PS*), José Decq Mota (*PCP*) e Alvarino Pinheiro (*PP*).

Submetido à votação, o voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

Ao abrigo do artigo 95º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, foram apresentadas duas declarações políticas pelos Srs. Deputados Alvarino Pinheiro (*PP*) e José Manuel Bolieiro (*PSD*).

No debate da primeira, usaram da palavra os Srs. Deputados Renato Leal (*PS*), Andreia Cardoso (*PS*), Hernâni Jorge (*PS*), Vasco Cordeiro (*PS*), Dionísio de Sousa (*PS*), José Decq Mota (*PCP*), Costa Pereira (*PSD*), Duarte Freitas (*PSD*), Paulo Gusmão (*PP*) e o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*).

Sobre a segunda declaração política, usaram da palavra os Srs. Deputados José Decq Mota (*PCP*), Vasco Cordeiro (*PS*) e Alvarino Pinheiro (*PP*).

Período da Ordem do Dia

1 - Continuação da discussão da Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Fundo Regional de Acção Cultural”.

Sobre a mesma usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Francisco Sousa (*PS*) e o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*).

Submetida à votação, a proposta em apreço foi aprovada por unanimidade.

2 - Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução que “Recomenda ao Governo Regional que passe a submeter ao critério de análise custo-benefício, numa perspectiva de desenvolvimento económico-social dos Açores, as despesas com a propaganda institucional e com festas de inauguração, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Popular.

Após a apresentação do pedido de urgência pelo Deputado Alvarino Pinheiro (*PP*), proferiram intervenções os Srs. Deputados Francisco Barros (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*) e Manuel Arruda (*PSD*).

Submetido à votação, o pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

3 - Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Fundo Regional do Desporto”.

Apresentado o diploma pelo Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Álamo Meneses*), usou da palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão (*PCP*).

No debate da especialidade, prestou esclarecimentos o Sr. Deputado Francisco Sousa (*PS*).

O diploma em apreço foi aprovado, tanto na generalidade como na especialidade, por unanimidade.

4 - Proposta de Decreto Legislativo Regional que “determina que os serviços e organismos da Administração Pública Regional devem elaborar os respectivos modelos dos formulários em suporte informático”.

Intervieram no debate deste diploma os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Clélio Meneses (*PSD*), Nuno Amaral (*PS*) e o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*).

Na votação na generalidade e na especialidade, a proposta foi aprovada por unanimidade.

5 - Petição – construção de um novo edifício escolar (EB/JI) na freguesia das Manadas, concelho das Velas.

Proferiram intervenções os Srs. Deputados Francisco Sousa (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Mark Marques (*PSD*) e José Decq Mota (*PCP*).

A apresentação do relatório foi feita pelo Sr. Deputado José Rego, relator da Comissão de Assuntos Sociais.

(Os trabalhos terminaram às 20 horas e 05 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, boa tarde.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada dos Srs. Deputados.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

António das Neves Lopes **Gomes**

António José Tavares de **Loura**

Dionísio Mendes de **Sousa**

Fernando Rosa Rodrigues **Lopes**

Francisco Cardoso Pereira **Oliveira**

Francisco Couto de **Sousa**

Francisco Sérgio Frade Frota Tavares **Barros**

Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nuno **Rocha**

Hernâni Hélio **Jorge**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José de Sousa **Rego**

José Humberto Medeiros **Chaves**

José do **Nascimento** de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Luís Paulo de Serpa **Alves**

Manuel **Avelar** da Cunha Santos

Manuel Fernando Soares de Oliveira **Campos**

Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**

Manuel Soares da **Silveira**

Maria **Fernanda** da Silva **Mendes**

Maria da **Natividade** da **Luz**

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**

Osório Meneses da **Silva**

Paulo Manuel **Ávila** **Messias**

Renato Luís Pereira **Leal**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**

António **Bento** Fraga **Barcelos**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Manuel Bettencourt **Cunha**

Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**

José **Francisco** Salvador **Fernandes**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Cabral Bolieiro Dias

José Manuel Avelar Nunes

Luís Henrique de Aguiar Sequeira de Medeiros

Manuel Ribeiro Arruda

Raúl Aguiar Rego

Sérgio Manuel Bettencourt Ferreira

Victor do Couto Cruz

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses Pinheiro

Paulo Domingos Alves de Gusmão

Presidente: Estão presentes 46 Srs. Deputados.

Está aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos proceder à leitura da correspondência que chegou à Mesa.

Secretário (*António Loura*): Do Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, ofício comunicando que o Deputado Manuel da Silva Azevedo, por indisponibilidade, deixa de pertencer e presidir à Comissão de Política Geral.

Secretário (*Raúl Rego*): Da Dra. Ana Paula Pereira Marques, ofício requerendo a continuação da suspensão do seu mandato de Deputada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista a partir de 1 de Setembro corrente.

Secretário (*António Loura*): Está presente na Sessão plenária de 17/09/2003 a Separata da Assembleia Legislativa Regional dos Açores nº 28/VII.

Secretário (*Raúl Rego*): Do Sr. Deputado Luís Medeiros, do Grupo Parlamentar do PSD, requerimento do seguinte teor:

“Desmantelamento do antigo matadouro da ilha de São Miguel

Considerando que o novo matadouro da ilha de São Miguel foi dotado de equipamentos novos em todas as linhas de abate que o constituem;

Considerando que no antigo matadouro de Santa Clara, hoje desmantelado, se encontrava instalada muita maquinaria de construção recente, de elevado custo, ainda perfeitamente funcional, designadamente uma máquina de esfolar vertical de

bovinos, uma linha de abate de suínos, linhas de abate e de embalagem de frangos, equipamentos de frio, etc.

Considerando, por outro lado, o degradante estado de abandono em que se encontram os edifícios daquele antigo matadouro, objecto de práticas do mais diverso vandalismo;

Venho, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, requerer ao Secretário Regional da Agricultura e Pescas informação relativa às seguintes questões:

- 1- Quando foi desmantelado o antigo matadouro de São Miguel, sito na freguesia de Santa Clara, em Ponta Delgada?
- 2- Qual o destino dado aos equipamentos que nele se encontravam instalados, em particular, aos referidos nos considerandos do presente requerimento?
- 3- Se se procedeu a qualquer alienação desse material, qual o procedimento administrativo adoptado e quais os valores globais obtidos?

Horta, 16 de Setembro de 2003

O Deputado Regional, Luís Henrique Sequeira de Medeiros”.

Secretário (António Loura): Do Sr. Deputado José Decq Mota, do Grupo Parlamentar do PCP, requerimento do seguinte teor:

“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores

1- Chegou ao conhecimento do Grupo Parlamentar do PCP, através da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, a informação de que a Direcção Regional de Educação Física e Desportos tem interpretado ultimamente o artigo 4º do DLR n.º 4/99/A de 21 de Janeiro no sentido de recusar o pagamento, através dos contratos-programa, das taxas de aeroporto referentes às viagens realizadas pelas comitivas das Associações e pelos Clubes ao longo da época desportiva.

2- Interpretação e correspondente decisão das quais o Grupo Parlamentar do PCP discorda frontalmente, conforme Parecer que junta ao presente e que dele passa a fazer parte integrante.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, requeiro ao Governo Regional com a máxima urgência, que me informe:

a) Qual a fundamentação jurídica que levou à decisão adoptada pela Direcção Regional de Educação Física e Desportos?

Assembleia Legislativa Regional dos Açores, 15 de Setembro de 2003

O Deputado Regional do PCP, José Decq Mota”.

Secretário (Raúl Rego): Dos Srs. Deputados Joaquim Machado, Costa Pereira e Bento Barcelos, do Grupo Parlamentar do PSD, requerimento do seguinte teor:

“Nos termos estatutários e regimentais aplicáveis os Deputados Regionais do Grupo Parlamentar do PSD requerem ao Governo Regional listagem das acções de formação contínua para pessoal docente, realizadas na RAA desde Outubro de 2000, referindo para cada uma delas os seguintes dados:

- a) entidade promotora e formadora
- b) tema genérico e título da acção
- c) local de realização
- d) n.º de docentes participantes
- e) duração, em horas, da formação
- f) respectivo horário (laboral e pós-laboral)
- g) n.º de créditos atribuídos a cada participante
- h) montante despendido

Horta, 16 de Setembro de 2003.

Os Deputados Regionais, Joaquim Machado, Costa Pereira e Bento Barcelos”.

Secretário (António Loura): Do Grupo Parlamentar do CDS/PP, ofício requerendo o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução que “Recomenda ao Governo Regional que passe a submeter ao critério de análise custo-benefício, numa perspectiva de desenvolvimento económico-social dos Açores, as despesas com a propaganda institucional e com festas de inauguração”

Secretário (Raúl Rego): Do Grupo Parlamentar do PSD, Proposta de Resolução relativa à construção de um novo edifício escolar EB/JI na freguesia de Manadas, São Jorge.

Secretário (António Loura): Do Grupo Parlamentar do PS, Proposta de Resolução que recomenda ao Governo Regional que, em colaboração com a Câmara de Velas,

promova a construção de um novo edifício escolar que sirva com os necessários requisitos os alunos residentes na Freguesia das Manada, São Jorge.

Secretário (*Raúl Rego*): Do Grupo Parlamentar do CDS/PP, Proposta de Resolução que recomenda ao Governo Regional que, ao fechar escolas com vista à concentração de alunos, dê prioridade às obras de remodelação e beneficiação do edifício que será utilizado.

Secretário (*António Loura*): Do Grupo Parlamentar do PCP, Proposta de Resolução relativa à construção da Escola EB/JI da Freguesia das Manadas.

Secretário (*Raúl Rego*): Do Gabinete do Ministro da República, para audição dos órgãos de Governo próprio, envio do Projecto de Decreto-lei que “regulamenta a Lei nº 13/2003, de 21 de Março, que revoga o rendimento mínimo garantido e cria o rendimento social de inserção”.

Presidente: Está presente na Mesa um **Voto de Pesar pelo “falecimento de Tomás Garcia Duarte Jr.”**, subscrito por todos os grupos parlamentares.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

“Voto de Pesar

No dia 12 de Agosto último faleceu, o Dr. Tomás Garcia Duarte Júnior.

Nascido na Madalena do Pico, repartiu a sua vida por várias das nossas ilhas, o que naturalmente terá contribuído para, ainda muito cedo, ganhar uma nova perspectiva do ser-se açoriano.

Desde bastante novo que as coisas dos Açores, e de modo muito particular as que diziam respeito à ilha do Pico onde nasceu e à ilha do Faial onde viveu grande parte da sua vida, lhe mereceram empenhada dedicação.

Participou activamente na vida social, cultural, económica, religiosa e política das comunidades em que se integrou.

Foi, por diversas vezes, dirigente de várias associações desportivas, recreativas e culturais.

Foi assíduo e valioso colaborador da imprensa regional, nomeadamente dos jornais Correio da Horta e Bom Combate, em que as questões do desenvolvimento destas ilhas lhe mereceram sempre especial atenção.

Dedicado investigador do nosso passado, deixou-nos um valioso acervo de publicações de apreciável interesse histórico e literário.

Dotado de uma grande capacidade organizativa, foi um dos principais obreiros da realização, na cidade da Horta, da III Semana de Estudos dos Açores.

A sua acção cívica e política ficou marcada pelo exercício de diversos cargos deles se destacando o de Procurador à Junta Geral do Distrito Autónomo da Horta e Vogal da sua Comissão Executiva, o de Secretário Regional dos Transportes e Turismo e o de Deputado, eleito pelo círculo da ilha do Pico, a esta Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Ao seu contagiante entusiasmo e aos seus inegáveis conhecimentos, se fica a dever a instalação do Museu do Vinho, a preservação da paisagem protegida da zona do verdeelho e a conseqüente candidatura à sua classificação pela UNESCO como Património Mundial.

Nestes termos, os deputados abaixo-assinados propõe, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais, que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores aprove um Voto de Pesar pela morte do Dr. Tomás Garcia Duarte Júnior.

Aprovado por unanimidade, na Horta, na sessão plenária de 17 de Setembro de 2003.

Os Líderes Parlamentares, *José Manuel Bolieiro, Duarte Freitas, Vasco Cordeiro, Alvarino Pinheiro, Hernâni Jorge, Lizuarte Machado e José Decq Mota”.*

Presidente: Está aberto o debate sobre este voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tomás Duarte Jr. constitui um nome incontornável da vida pública da nossa Região e, em particular, destas ilhas do canal.

Conforme foi referenciado no texto do voto, quer como colaborador da empresa, quer como investigador histórico, deixou-nos uma importante e vasta obra publicada.

Tomás Duarte destacou-se também na vida política, nomeadamente enquanto governante regional e como Deputado nesta Assembleia, eleito pelo círculo eleitoral do Pico.

Tomás Duarte foi ainda, e sempre, um homem empenhado nas coisas e nas causas da sua terra.

É, pois, com profundo sentimento de pesar que subscrevemos este voto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O Grupo Parlamentar do PCP também subscreve e apoia este Voto de Pesar.

Em muito breves palavras queria dizer que, para além de todas as diferenças políticas e ideológicas, para além de todas as discordâncias que certamente muitas vezes existiram entre o nosso posicionamento e o posicionamento do Dr. Tomás Duarte, em toda a prática política, social e cultural que ele desenvolvia, esteve presente um traço de interesse e de abertura que cumpre hoje realçar.

Eu próprio, pessoalmente, tive oportunidade, já neste ano de 2003, de ter contactos directos com ele por razões de ordem cultural e esse traço ficou sempre muito bem marcado, essa gentileza, essa amabilidade, mas também essa correcção profunda que marcava as atitudes que tomava para com os outros.

Nesse sentido, o Grupo Parlamentar do PCP associa-se ao Voto assinalando com pena a perda de mais um cidadão açoriano que passou por esta Casa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O voto que estamos a apreciar, subscrito por todas as bancadas, diz respeito, infelizmente, a mais um açoriano que serviu e representou o povo dos Açores neste Parlamento, que ao longo da sua vida serviu a Região em várias funções e em todas

elas revelando as suas capacidades, a sua seriedade, o seu empenho e dando contributos muito válidos para a causa que sempre serviu: os Açores e a Autonomia. Está tudo dito no voto, mas porque tive o gosto e a honra de, particularmente, lidar com o Dr. Tomás Duarte neste Parlamento e em funções ligadas à Administração Regional, é com muito pesar que vemos desaparecer um elemento muito respeitado em toda a Região.

Como foi referido pelo Deputado Duarte Freitas, ele teve a virtude de nascer numa ilha e trabalhar em várias outras. Portanto, teve o dom de viver e sentir o que é ser açoriano.

Ele teve esse privilégio de, frequentemente, viajar pelas nossas ilhas. Não foram raras as vezes que, já depois de estar fora das lides políticas, muitos de nós o encontrávamos nos aeroportos dos Açores, nas suas viagens de negócios ou ao serviço da cultura das nossas terras, nomeadamente da sua ilha natal.

Por tudo isso, é com muito pesar que todos nós vemos desaparecer um bom homem, um bom amigo e um grande açoriano.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação deste voto de pesar.

Os Srs. Deputados que votam a favor, façam o favor de permanecer sentados.

Secretário: O voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte. Para uma declaração política tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Se há assunto que dominou a presente Legislatura foi o Processo da Reconstrução.

Na maioria das vezes foi esta Assembleia a grande e quase única defensora dos direitos dos sinistrados perante uma Administração Regional que além dos erros e omissões que cometeu, nunca soube ouvir os frágeis cidadãos envolvidos com a abertura e o sentido de serviço e de solidariedade que a situação exigia.

Papel determinante em todo este trabalho da Assembleia Legislativa foi a acção desenvolvida pela Comissão Parlamentar de Acompanhamento da Reconstrução, sob a Presidência do Dep. Renato Leal, que, para além duma valiosa função de

esclarecimento e orientação dos sinistrados, contribuiu objectivamente para a correcção da errada política governamental neste processo e detectou injustiças e atropelos que mereceram a frontal denuncia deste Parlamento, sobretudo das bancadas dos Partidos da Oposição.

De resto, muitas foram as tomadas de posição crítica e as sugestões apresentadas pelos órgãos do Partido Popular e por este Grupo Parlamentar sobre o processo de reconstrução decorrente do Sismo de 9 de Julho de 1998.

Passados cinco anos, extinto o falhado Centro de Promoção da Reconstrução, eliminada a temida e incómoda Comissão Parlamentar de Acompanhamento, garantidos finalmente os meios de financiamento e criada a solução técnica da Sociedade Anónima, o Governo Regional e o Secretário Responsável pela Reconstrução chegaram a imaginar que por uma vez este Parlamento iria reunir sem a famigerada questão da Reconstrução em Agenda.

Mal sabiam os responsáveis políticos pela Reconstrução e os seus envergonhados e incondicionais apoiantes que o Relatório da Auditoria do Tribunal de Contas ao Centro de Promoção da Reconstrução recentemente divulgado obrigaria este Parlamento a abordar mais uma vez este candente assunto e pelos piores motivos.

É que, Sr. Presidente, não podem passar à margem do Órgão representativo do Povo dos Açores as imensas irregularidades detectadas pelo Tribunal de Contas, muitas das quais até foram repetidamente denunciadas e agora estão confirmadas por um órgão cuja credibilidade não pode ser posta em causa.

Através de uma amostra absolutamente credível, já que foram verificados quase 60% dos contratos e mais de 63% do volume financeiro envolvido, o Tribunal de Contas confirmou que:

- Com uma frequência inusitada as empreitadas foram divididas em partes, sem que existissem os pressupostos e as condições legais para o efeito;
- Na esmagadora maioria dos casos se deveria ter utilizado o concurso público internacional, já que tendo em conta os valores, a lei não permitia o ajuste directo;
- Não foi garantida a concorrência mínima em nenhum dos processos analisados, nomeadamente porque foi restrito o número de empresas consultadas, porque um

número significativo destas nunca apresentaram propostas, poucas contrataram e só três destas ficaram com 58% das adjudicações e mais de 62% da despesa contratada;

- Os prazos fixados para apresentação de propostas não são coerentes nem proporcionais com a complexidade e volume financeiro da obra;

- A exiguidade de prazos poderá ter reduzido o número de concorrentes em prejuízo do interesse público;

- Em muitos casos se não deveria ter adjudicado, porquanto os valores da adjudicação ultrapassavam em mais de 50% o preço base;

- Existiu uma enorme divergência entre as dotações orçamentais e os valores das adjudicações;

- Os trabalhos a mais tinham já valores muito significativos, o que além de indiciar menos cuidado na fase de preparação, poderá fazer ultrapassar os limites legais a partir dos quais se imporia novo procedimento de adjudicação;

- A despesa paga, que tinha cabimento, está muito aquém da despesa contratada ou compromissos assumidos;

- Ao assumir-se o que bem se sabia que não se poderia vir a pagar, estava-se perante um exemplo de má programação e execução financeira;

- Os prazos de execução das obras sofreram atrasos que não estão fundamentados nem justificados;

- Há garantias prestadas que têm data posterior à do auto de consignação e há instrumentos de garantia que não estão em conformidade com as exigências da lei;

- Até o procedimento escolhido para a concepção, produção e distribuição da publicação “Reconstruir”, foi também incorrecto;

- Finalmente o Tribunal de Contas admite que da violação de normas referentes à assunção ou autorização de despesas, eventualmente “podem decorrer situações de responsabilidade financeira”, que identificou e descreveu, citando a respectiva autoria, que geralmente é do Secretário Regional da Habitação e Equipamentos e ou do Coordenador do Centro de Promoção da Reconstrução.

Tudo quanto se referiu e longe de se ter pretendido ser exaustivo, permite razoavelmente concluir, com grande preocupação que:

- As irregularidades não foram esporádicas e são comuns a muitos dos processos apreciados;
- Nem o facto de se tratar de procedimentos já de si simplificados por lei especial, nem assim se acautelou o cumprimento dos preceitos;
- O Governo, para além de ter violado normas administrativas, pôs em causa a economia dos contratos, foi o responsável por erros grosseiros e deploráveis de previsão e por derrapagens orçamentais inaceitáveis, tendo posto em causa o princípio de eficiência e eficácia das despesas públicas e do respectivo controlo;
- O Governo Regional criou dívida administrativa oculta, quando bem sabia que estava a contratar despesa e a aceitar compromissos sem cobertura orçamental e que tinha a certeza de não poder cumprir;
- Que nem os procedimentos aligeirados, nem as irregularidades e ilegalidades cometidas, conduziram sequer a maior celeridade na resposta aos sinistrados, pois que, cinco anos depois, infelizmente ainda há centenas de casos por resolver;
- Acresce ainda o facto de o Tribunal ter constatado que, de um modo geral, os registos e documentos que suportam os processos de reconstrução, contêm um elevado número de erros, irregularidades e imprecisões, o que os torna insuficientemente fiáveis!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Porque até já decorreu a fase do contraditório, na qual os responsáveis se pronunciaram, é difícil não concluir que estamos perante uma grave situação que envolve inúmeras irregularidades apuradas por um Tribunal competente em razão da matéria.

Às responsabilidades referidas acresce a responsabilidade política do Governo Regional e do Secretário Regional da Habitação e Equipamentos em particular, porque foram repetidamente alertados ao longo de todos estes anos.

Só que o Governo e o Partido Socialista que o apoia, sempre recusaram tudo! O Governo, do alto da sua arrogância; o PS ofuscado; os deputados socialistas confinados na obrigação de subserviência cega ao Governo, até extinguiram a Comissão de Acompanhamento e agora ainda mais claro fica a razão porque receavam a fiscalização do Parlamento!

Se antes faltou cultura democrática de aceitação do papel da oposição, agora, quando o Secretário da Tutela teima em não aceitar, com humildade, a violação de leis e normas, que nem o tempo ultrapassa, está-se não só a desprestigiar a Região, como a comprometer a realização da autonomia.

E ao não reconhecer o papel do Tribunal de Contas, está-se a afrontar as instituições legítimas e a pôr em causa o Estado de Direito.

Sr. Presidente:

A partir de agora também ficou completamente a nu as práticas deste Governo socialista e um fundado receio de que, não só na reconstrução, como na demais prática de execução material e financeira do Governo Regional do PS, as práticas irregulares se tenham generalizado.

O CDS/PP Açores, ao tomar conhecimento do Relatório do Tribunal de Contas, fez um desafio pública ao Governo Regional, para que neste período de funcionamento da Assembleia, confrontado com o enorme embaraço de se encontrar enredado numa teia de procedimentos comprometedores, tomasse ele próprio a iniciativa de vir explicar-se e prestar contas ao Parlamento, garantindo que iria corrigir rumos e eliminar tão condenáveis procedimentos.

Infelizmente tal não aconteceu, para descrédito da Instituição Parlamentar, comprovando o desrespeito do Governo Regional do PS para com os representantes eleitos do Povo dos Açores.

Sr. Presidente:

Estamos certos que face ao Relatório do Tribunal de Contas e à gravidade das suas constatações, os demais órgãos do Estado, tendo em conta as suas consequências, saberão cumprir com os seus deveres institucionais.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Gusmão (PP): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, PP e PCP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Caro Colega:

Naturalmente sendo um assunto que interessa esclarecer dentro da medida do possível, compete ao Governo, na sua globalidade, dar os esclarecimentos para que não restem dúvidas sobre a actuação do Governo e a justificação que esta Assembleia merece.

Em primeiro lugar, a concorrência relativamente aos empreiteiros.

A Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos teve oportunidade de contactar com a Associação de Empreiteiros no sentido de saber quais os empreiteiros disponíveis que pudessem ajudar no sentido de rapidamente se poder estabelecer a reconstrução das ilhas do Faial e do Pico.

Nessa conformidade foi respondido quais os empreiteiros que estariam na disposição de poder colaborar nessa empreitada global.

Foram indicadas as empresas que à partida podiam estar dispostas a concorrer a empreitadas.

Essas foram num número X e foram sempre consultadas para todos os procedimentos.

Ontem, a minha colega teve oportunidade de explicar que nós não estamos no domínio da empreitada de obras públicas, regularmente conhecido pelo Decreto-Lei 197/99, mas sim no domínio de um regime de legislação especial, conferida pelo Decreto-Lei 200/2000, que permite alterações e derrogações daquilo que o contrato da empreitada genericamente concede como regime jurídico.

Portanto, estamos no domínio de uma legislação especial que, no caso da reconstrução das ilhas do Faial e do Pico devia ser considerado.

Esse regime especial tem em atenção a diminuição dos prazos pela urgência da resolução dos problemas. Portanto, no que diz respeito a prazos e daquilo que o Sr. Deputado aqui referiu, deve ser referido não ao regime geral do enquadramento jurídico das obras públicas, mas sim num regime especial que enquadra essa situação.

Deputado Luís Medeiros (PSD): O Tribunal de Contas não sabe disso!

O Orador: Por outro lado, o senhor referiu que o preço que é adjudicado à empreitada, é sempre superior ao preço base.

Nós ficámos confrontados na altura com a situação de escolher entre duas opções: ou anulávamos todos os concursos e “alinhávamos” num esquema com os empreiteiros em que se subíamos e nós próprios, de modo próprio, estaríamos também a inflacionar o preço de todas as empreitadas que daí em diante se verificariam ou mantínhamos os preços base e conscientemente adjudicávamos para um preço superior.

Devo recordar que hoje é muito fácil fazer-se críticas à forma de gestão dos dinheiros públicos que, na altura, tinha que ser rápida e urgente. Porquê rápida e urgente?

Nós não nos podemos esquecer do número de famílias que na altura estavam no Faial e no Pico...

Presidente: Sr. Secretário, o seu tempo já terminou.

O Orador: Pois, os tempos regulamentares são assim. Naturalmente que vou ter a oportunidade de continuar a explicar o raciocínio e as argumentações que o Governo Regional tem para os comportamentos alegadamente anómalos, mas que para nós são completamente normais na situação anormal em que a Região Autónoma vivia nessa altura.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário, pela sua colaboração.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começaria por registar e agradecer as palavras elogiosas que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro dirigiu à Comissão a que tenho tido o privilégio de presidir e designadamente à minha pessoa. Naturalmente que todos os membros que integram essa comissão, tendo tido o privilégio de o ouvir, não permitirão que eu os represente nesse agradecimento.

Em segundo lugar, para dizer que a linguagem do relatório do Tribunal de Contas é típica de um tribunal. Não sendo o relatório do Tribunal de Contas, sendo qualquer

outra linguagem oriunda desta área, é sempre uma linguagem que tem um peso muito diferente daquele que tem outro tipo da linguagem.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é língua a mais!

O Orador: Se tiver ficado registado, fará história. Vindo de um Deputado semântico, é provável que faça história.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Muito bem!

O Orador: Temos que ter em consideração qual o peso que tem este tipo de documentação na administração e qual a sua repercussão na sociedade.

Eu tenho a certeza que todo o Governo Regional teve em devida conta este relatório do Tribunal de Contas, como sempre o tem feito relativamente a este órgão.

No que a nós diz respeito, gostaria de dizer que não tenho o privilégio de ter um conhecimento tão profundo como pelos vistos o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro tem relativamente a este documento, mas continuo a pensar que grande parte, senão mesmo a maioria, das decisões que o CPR tomou em determinados momentos, no que diz respeito à contratualização de empreiteiros para resolver este complexo e complicado problema das mais de 3000 famílias que ficaram sinistradas no Faial, teve sempre em conta a rapidez com que este processo deveria ser tratado.

Permite-me discordar, com o devido respeito, porque se se tivesse enveredado por um concurso público internacional, recorrendo à Associação dos Empreiteiros de Construção Civil para que habilitassem o CPR com a indicação de empreiteiros que fossem capazes de rapidamente resolver este problema, tivemos os percalços de percurso que efectivamente tivemos e que todos conhecemos, – não será necessário identificar alguns dos empreiteiros que contribuíram para que este processo não tivesse um desenvolvimento mais sólido e mais rápido – tenho quase a certeza de que este processo estaria numa fase ainda mais atrasada do que efectivamente se encontra.

Obrigado.

Presidente: Para intervir no debate, tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): **Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.**

Membros do Governo:

Eu gostaria de remeter os caros colegas à leitura de um ponto que se refere exactamente aos procedimentos de consulta. No seu primeiro parágrafo diz:

“Globalmente considerados e num plano estritamente formal, os procedimentos de consulta seguiram as imposições legais decorrentes do quadro legislativo excepcional aplicável, verificando-se que, relativamente a todos os contactos analisados, foi efectuado o número mínimo de consultas exigidas (5 fornecedores), sendo certo que nos casos dos concursos X, Y e Z, foram consultados 6 fornecedores.”

Deputado Dionísio Sousa (PS): Ah! Mas é o mesmo Tribunal que diz isso?

A Oradora: É o mesmo tribunal. É o relatório do Tribunal de Contas...

Deputado Costa Pereira (PSD): Parece que existem dois!

A Oradora: ... que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro referiu e ao qual eu faço referência.

O Governo Regional, em sede de contraditório, fez exactamente o esclarecimento desse ponto a que fez referência o Deputado Alvarino Pinheiro e informou o Tribunal de Contas de que, antes de iniciar qualquer um desses procedimentos, foi solicitado à Associação de Empreiteiros de Construção Civil e Obras Públicas, uma lista das empresas que estariam interessadas em concorrer a este tipo de concursos e com capacidade para tal.

Foi feita essa elencagem e a partir dessa lista foram estudadas aquelas que teriam capacidade para efectuar obras com aquela grandeza.

É óbvio que na sequência das diligências efectuadas para cada um dos concursos foram convidadas 5 empresas das quais houve umas que não apresentaram propostas ou não se apresentaram simplesmente ao concurso.

O que é que aconteceu?

O Governo, com a intenção de ter o maior número de propostas analisáveis, convidou aquelas que normalmente apresentavam propostas, para obter propostas analisáveis.

Foi isso que aconteceu e foi isso que foi apresentado em sede de contraditório e que consta do relatório do Tribunal de Contas que vos acabei de ler.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): E esse relatório é muito negativo para o Governo!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Para intervir no debate tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e a bancada do CDS/PP, se tivessem participado na Comissão de Acompanhamento da Reconstrução, teriam certamente tido a oportunidade de se aperceber dos muitos aspectos positivos que marcam este processo e não se limitavam, numa situação esporádica, a agarrar um ou outro parágrafo do relatório do Tribunal de Contas e ampliar aquilo que não passam de meras observações a questões que neste processo, como em outros processos, naturalmente podem não ter corrido da melhor forma e da melhor maneira.

Recordo ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro alguns dos inúmeros aspectos positivos que atravessam todo este processo. Desde logo, é um processo que começou por ter um planeamento bem feito, bem definido, assentando essencialmente nas questões de qualidade e segurança, questões que foram essenciais para o Governo, para o Partido Socialista e que ninguém, nunca, nem o Tribunal de Contas, nem qualquer outra instituição, puseram ou podem pôr em causa.

Recordo-lhe ainda todo o gigantesco processo de alojamento provisório que foi feito, cumprido e que certamente os senhores já se esqueceram.

Todo o processo de reconstrução e recuperação das infra-estruturas e das obras públicas já está concluído e os senhores certamente já não se recordam.

A conclusão do essencial do processo da reconstrução habitacional, até final de 2004, conforme foi compromisso eleitoral do Governo e da bancada do Partido Socialista, irá acontecer, ao contrário daquilo que os senhores ainda há bem pouco tempo pretendiam ao tentar adiar para 2006 a conclusão do realojamento de muitos sinistrados afectados pelo sismo de 98.

Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Essa sua declaração política relativamente a esta questão da reconstrução veio evidenciar a notória contradição em que o CDS/PP e toda a oposição de direita têm caído relativamente a este processo.

O Sr. Deputado veio dizer-nos e disse-nos que o Governo tratou logo de extinguir o CPR e criou a SPRHI para fugir ao controlo desta Casa.

Será que todos nos esquecemos das tentativas que o Governo fez para que o processo fosse concluído e que fossem encontradas soluções de financiamento para prosseguir o processo da formulação que vinha desde o início?

A criação da SPRHI foi a solução encontrada pelo Partido Socialista e pelo Governo Regional para cumprir o compromisso eleitoral que tinha com os açorianos, para cumprir o compromisso eleitoral que tinha com os sinistrados. Porquê?

Porque o Governo da República onde participa o seu partido e o PSD, inviabilizou o financiamento que estava prometido e revogou um despacho de transferência para a Região de 20 milhões de euros.

Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

São estas contradições que têm que ser demonstradas perante os sinistrados. Os sinistrados sabem – o que eles querem é que a reconstrução se conclua – e têm a certeza de que, com o Partido Socialista, a reconstrução será concluída, no seu essencial, em 2004, que o compromisso eleitoral do Governo será efectivamente executado e que se fosse pelos senhores estariam, quanto muito, os seus tectos postos sobre a casa em 2006.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Agricultura e Pescas)

Presidente: Para intervir no debate tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Apenas para participar no debate e sobretudo para tentar contribuir no esclarecimento de algumas questões que poderão estar aqui em causa.

Em primeiro lugar, é preciso não esquecer que nós estamos a falar, como bem salientou o Deputado Alvarino Pinheiro, embora por vezes de forma confusa, da questão política, porque a questão jurídica teve e tem quem dela trate de forma muito mais competente e rigorosa do que nós.

Interessa, em primeiro lugar, circunscrever que tipo de críticas e que tipo de análise é que está a ser feito aqui. Certamente concordarão que o que está a ser feito aqui é um juízo político e uma apreciação política daquilo que foi e é o comportamento do Governo Regional em relação à questão da reconstrução.

Permitam-me, Srs. Deputados, se é a questão política que está aqui em análise, não será apenas a actuação política do Governo Regional, mas a actuação política de todos aqueles que tendo oportunidade de intervir sobre esta matéria o fizeram ou não o fizeram.

Se é para discutir questões políticas, vamos a isso, mas vamos a isso com todos. Não é o Governo que está única e exclusivamente sobre a análise e sobre o debate de responsabilidades políticas nesta Casa.

Segundo aspecto:

Se de actuação política se trata, releva certamente que nunca, da parte do Governo Regional da responsabilidade do Partido Socialista, houve qualquer desrespeito e qualquer tentativa de dificultar o trabalho do Tribunal de Contas, bem pelo contrário.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Tinha mais que ver!

O Orador: Não tinha mais que ver Sr. Deputado, porque já houve alturas nesta Região em que se viu isso. Portanto, é necessário ter isso em conta.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Se é de responsabilidade política que nós estamos a falar, releva, em termos de actuação política, essa postura do Governo Regional.

Terceiro aspecto que eu gostava de salientar, sem prejuízo de entrar e de continuarmos o debate:

Em termos políticos este Governo assumiu um compromisso que mantém e que houve responsáveis, inclusive dentro desta Casa, que tentaram torpedear este compromisso político. O compromisso é que a reconstrução, no que diz respeito a empreitadas de obras públicas, ficará concluída em 2004.

Se é de actuação política que estamos a falar, é necessário ter em conta isso.

O Srs. Deputados Alvarino Pinheiro e Victor Cruz, são, na minha opinião, aqueles que, do ponto de vista político, contribuíram para torpedear a actuação do Governo Regional nesta matéria.

Se é de política que nós estamos a falar, se é de juízo político, vamos também falar sobre isso.

Quarto aspecto que interessa ter em conta:

A magnitude da tarefa que aqui está em causa só honra e traz mérito ao compromisso e à actuação que o Governo Regional tem tido neste aspecto.

O Governo Regional nunca pôs de parte a necessidade de ter o cuidado de alterar eventualmente procedimentos de um ou outro aspecto que necessitavam de ser melhorados. Isto releva para o juízo político da actuação do Governo Regional.

Portanto, não se queira nesta fase, tendo por base aquilo que é um juízo jurídico, tirar conclusões políticas que são de um instrumento jurídico.

Os senhores têm inteiro direito de criticar o Governo. É a vossa função.

Agora, necessitam de ser mais cuidadosos e rigorosos naquilo que fazem.

O Sr. Deputado disse naquela bancada, tendo por base o parecer do Tribunal de Conta, que quase 5 anos depois, a reconstrução continua em atraso.

O Sr. Deputado nem sequer teve o cuidado de reparar quando é que decorreram os trabalhos de análise que fundamentam este parecer. Não são 5 anos.

Portanto, tirar este tipo de conclusão é abusivo e não é sério para a seriedade dos interesses que aqui estão em causa.

O Sr. Deputado resolveu fazer dali, do ponto de vista político, uma análise generalizada em relação àquela que é a prática do Governo Regional. Certamente que durante esta sessão ainda teremos oportunidade de conversar sobre isso.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que concluísse.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, são acusações graves e muito sérias, especialmente para quem não tem o mínimo de habilitação documental para as fazer, em termos de generalizar as acusações de irregularidades na prática governativa do PS, em termos de generalizar um comportamento que o senhor sabe muito bem que dentro de circunstâncias excepcionais foi o comportamento mais adequado e eficaz para satisfazer os interesses daqueles que estavam em causa.

Terminando, saliento sempre que o PS nesta matéria, quer no Governo, quer no Grupo Parlamentar, nunca assumiu uma postura autista. Sempre fez um esforço de conciliar interesses e atender a críticas de melhorar procedimentos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Agricultura e Pescas)

Presidente: Para intervir no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Sousa.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tomo a palavra apenas porque houve alusões a apoios envergonhados desta bancada ao Governo Regional.

Eu não costumo envergonhar-me daquilo que apoio. Nunca me costumo envergonhar!

Provavelmente, cada um dos deputados que aqui estão gostaria de responder pessoalmente a essa acusação, mas não há tempo para isso.

Se esta Assembleia teve aquilo que teve, ao contrário do que em outras situações de sismo ou não sismo nunca teve, que foi uma Comissão Eventual a acompanhar a situação, foi com o apoio e com a propositura deste Grupo Parlamentar.

Nada do que aqui se fez, se apoiou ou se decidiu teve qualquer vergonha. Não se esconde por detrás de nenhum burladero. Está aqui, tem toda a sua integridade e com a cara à vista.

É para isso que eu estou falando e chamando a atenção para mais duas coisas apenas, para o facto de que por mais voltas e reviravoltas que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro tentou dar à análise do Tribunal de Contas, o máximo que ele conseguiu chegar foi à palavra *irregularidades*. Nunca chegou à palavra *ilegalidades*. Não conseguiu, mesmo com todo o preconceito com que aborda este assunto, passar dessa palavra, que conta para o processo da reconstrução tanto como as irregularidades que a Secção Regional do Tribunal de Contas põe em relação às contas regionais e que em muitos casos e todos os anos nós aprovamos aqui.

Tem apenas esse significado jurídico e político.

São irregularidades que não satisfazem as exigências, o rigorismo que o Tribunal sempre deseja, luta e deve lutar para que elas aconteçam, mas que não se adequam às situações.

Tudo isso está dito, tudo isso está demonstrado, mas há uma outra coisa que devia chamar a atenção, o choradinho que é perfeitamente inadmissível, vindo das bancadas da oposição, dando a atender que esta Assembleia está coarctada nos seus direitos de fiscalização sobre a reconstrução, ao ser eliminada a Comissão Eventual, porque era isso que se impunha, porque o processo da reconstrução devia entrar na sua normalidade. Também a actuação da fiscalização desta Assembleia deve entrar na sua normalidade.

Qual foi a barbaridade que nós fizemos?

Nós extinguimos uma Comissão Eventual, presidida pelo PS, transferindo as suas competências para a Comissão de Política Geral, presidida pelo PSD. Se não acompanha a reconstrução é porque decidiu não acompanhar, única e exclusivamente, porque não o quer fazer.

Mais ainda: Ontem alguém aproveitava a boleia de uma intervenção em que se dedicava alguns parágrafos da reconstrução, para falar da reconstrução.

Isso significa a importância que dão à reconstrução, porque sabem quais são os meios que esta Assembleia tem para fiscalizar o Governo. Pode fazer perguntas escritas sobre a reconstrução, pode fazer perguntas orais, pode fazer interpelações ou debates de urgência. Não faz porquê?

Faça! Nós desafiamos a que faça e não como fez o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que nos ameaça com os órgãos da República que hão-de exercer as suas funções. O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro tinha a obrigação de antes, nesta Assembleia, fazer com que ela exercesse as funções que nós não podemos acumular.

Somos deputados da maioria, deputados apoiantes do governo. Não temos que nos substituir àquele papel que a oposição é que deve fazer. Façam perguntas orais, interpelações, moções de censura, se quiserem, utilizem a Comissão a que presidem, mas não digam aos açorianos que esta Assembleia não tem meios de fiscalização da reconstrução, porque isto é um desprestígio para esta Assembleia. Tem todos os que quiserem, usem-nos.

Tenham a coragem de ser aquilo que devem ser, deputados da oposição que fiscalizam. É disso que se deviam envergonhar.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Agricultura e Pescas)

Presidente: Para dar continuidade ao debate, tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Em primeiro lugar, queria felicitar o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro pela intervenção que fez, na medida em que fazendo essa intervenção, ajudou a divulgar o relatório de uma auditoria do Tribunal de Contas.

Fez, sobre esse relatório, uma apreciação política, mas permitiu, possibilitou ou facilitou que se possa fazer uma apreciação política e retrospectiva das opções, após a análise das irregularidades e outras situações que não caberia à auditoria classificar – o tribunal é que terá que julgar – mas permite, a partir de agora, ver-se com clareza que no quadro da legislação extraordinária, da legislação ordinária, havia outras

opções, possivelmente, como foi defendido por muita gente, muito mais eficazes do que aquelas que foram feitas.

Eu tenho apenas 3 minutos, por isso não posso entrar generalizadamente em debate, mas há duas matérias que tenho que referir.

Ouvi com muita atenção todos os variados e bastos interventores da bancada do Partido Socialista. Notei diferenças de intervenção.

O Sr. Deputado Hernâni Jorge, com o calor que a sua juventude lhe transmite, disse várias vezes que a reconstrução acabará em 2004, que vão cumprir esse compromisso.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro, com o peso da responsabilidade que o seu cargo lhe atribui, foi mais cuidadoso na palavra e disse que a reconstrução, no que toca a empreitadas públicas, acabará... Aqui é que está o problema, um problema muito sério. É que mesmo que acabe – não vão acabar, infelizmente – as empreitadas públicas, a reconstrução estará muito longe de acabar em 2004.

Todas as vezes que o Sr. Deputado Hernâni Jorge aqui ou no Pico ou o Sr. Deputado Renato Leal no Faial disserem isso, estão a dar um tiro nos pés. É evidente que essa propaganda pode servir para outras ilhas, mas aqui não serve.

Eu ainda hoje fui procurado às 8 horas da manhã por uma sinistrada que teve um ano num acampamento, recebeu um pré-fabricado e mediante falta de resposta do respectivo processo, lhe foi explícito hoje que não há processo. Portanto, ela não é sinistrada.

Eu tinha mais algumas questões que gostaria de abordar, mas – e peço desculpa – perdi-me ligeiramente, porque estou com muitas dores de cabeça, o que me impede de alguma concentração neste tipo de debate.

Voltarei a intervir, se tiver oportunidade para isso.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com alguma serenidade que é preciso neste debate, porque o que continua a estar em causa são os sinistrados do sismo de 9 Julho, há aqui aspectos que são importantes

trazer à colação, sobretudo para corrigir versões inflamáveis e menos correctas que foram feitas durante este debate e que, estranhamente, as pessoas que ontem estiveram tão caladas e que nada disseram acerca do problema da reconstrução, hoje, estão instruídas para falar e falar alto.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

Deputado Dionísio Sousa (PS): Não temos cá esse hábito!

O Orador: Em primeiro lugar, foi referido como justificação para desculpabilizar a questão da contratação de algumas empresas, a referência a uma lista que o Governo Regional teria da AICOPA e que teria sido com base nessa lista que teria feito as tais consultas às empresas para a realização da reconstrução.

Eu presumo que quem fez essas afirmações leu o relatório e se repararem o relatório diz isso, mas diz mais. O relatório do Tribunal de Contas diz que havia sido solicitado à AICOPA “uma listagem indicativa de empresários interessados e com capacidade para a execução das obras, tendo essa lista sido aprovada pelo Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, o que não está demonstrado nos documentos remetidos após o contraditório”.

Isto significa que os senhores falam de uma coisa que não demonstraram ao Tribunal de Contas. Por isso é que o Tribunal de Contas apresenta esse argumento como não válido, porque os senhores falam de uma lista aprovada pelo Secretário e não provam que existiu essa lista.

Essa questão da lista da AICOPA, como fundamento para a legalidade do que foi feito, não está correcta.

Outra questão que foi aqui invocada prende-se com a rapidez, de fazer as coisas depressa por causa das famílias que estavam a sofrer, porque não tinham habitação.

Eu concordo com isso. Acho que a rapidez é fundamental, mas os senhores nem com isso cumpriram como deve ser.

O Tribunal de Contas aponta que em obras de valor dos 400 mil contos, foram estabelecidos prazos de 10 dias para as empresas responderem. Para obras de valor de 70 mil contos (muito menos), as empresas tinham prazos de 30 dias para responder.

Como é que isto se coaduna com a necessidade de rapidez, Sr. Deputado?

No vosso critério de rapidez, as empreitadas caras têm prazos de 10 dias para responder, para poderem entregar àqueles que querem. As que custam pouco têm prazos de 30 dias. Como vêem, esta questão da rapidez apenas serve para enganar quem se quiser deixar enganar.

O que existe aqui, para além da questão que o Tribunal de Contas levanta, é uma questão fundamentalmente política. O relatório do Tribunal de Contas é claro acerca disso. Acontece, que não querem tirar as consequências políticas daquilo que o Tribunal de Contas aqui refere.

Como é que o Governo e o Secretário Regional, que é apresentado como eventual responsável por infracções financeiras, não assumem responsabilidades e consequências desse relatório?

Foram apresentadas todas estas questões e não se apontam nem se assumem responsabilidades políticas.

Se a responsabilidade política é acabar a reconstrução em 2004, isso tem o valor que tem. Todos estamos de acordo que a reconstrução deve terminar o mais depressa possível, mas o Presidente do Governo que agora quer que termine em 2004, em 98 dizia que terminava em 2001.

Todos sabemos que a reconstrução de que falam, que eventualmente será concluída em 2004, é a reconstrução das empreitadas, porque está muita gente de fora. Muitos problemas não estão resolvidos e os senhores teimam em esconder, porque eles não vão estar resolvidos no próximo ano, infelizmente.

É esta a realidade que os senhores têm que viver e têm que assumir.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para intervir no debate, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este debate de 3 minutos não dá para explicar tudo o quanto o Governo gostaria de explicar aos Srs. Deputados.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Mas querem assim!

O Orador: Tal como disse o Sr. Deputado Dionísio Sousa, existem várias figuras regimentais que dão o direito à oposição de fazer um debate sereno. Os senhores nunca provocaram esse debate, naturalmente com receio. É a única explicação que nós vemos, porque o direito os senhores têm, só que nunca o usaram. Pergunto, porquê? Por receio, naturalmente.

Também sabemos qual a política que o PSD tem utilizado nos últimos tempos: quanto pior, melhor! Quanto mais sofrerem as pessoas, mais dividendos políticos tira o PSD.

Nós não estamos nessa linha. Nós estamos preocupados nesse processo com os sinistrados. Foi essa preocupação que determinou a urgência de procedimentos.

O Tribunal de Contas refere que o acto do Secretário Regional de aprovação de um determinado número de empresas não foi provado, mas esse é um acto de gestão interna que não tem nada que ser provado ou deixado de ser provado.

O Tribunal de Contas tem que se pronunciar da legalidade dos formalismos.

Deputado Costa Pereira (PSD): É isso que também diz!

O Orador: Não, os senhores estão enganados. Deixem-me explicar e depois vão perceber por que é que se enganam.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não, não!

O Orador: Sr. Deputado, basta a educação para si. Não se meta noutras áreas que aí patina.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Olhe, basta a agricultura para si!

O Orador: Eu estou a falar do que sei.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não sabe de agricultura?

O Orador: Estou a falar de formalidades. A formalidade por parte do Governo Regional está garantida.

É fácil, Sr. Deputado, dizer que empreitadas de 400 mil contos têm o prazo de 10 dias e que empreitadas de 70 mil contos têm um prazo de 30 dias.

Sr. Deputado, é preciso explicar tudo.

Há empreitadas que são diferentes pelo seu cariz, pela sua natureza. Os preços unitários dos vários itens podem menores numa empreitada como noutra. Há diferentes categorias de empreitadas.

Portanto, a afirmação de que 400 vale mais que 70, em termos de prazo, é caduca, tem falta de fundamento e não convence ninguém.

Aquilo que nós sabemos, Srs. Deputados, é que o Governo Regional está tranquilo. Entende que esse processo teve várias vicissitudes, teve os seus erros, mas aquilo que nos move, aquilo que move o Governo Regional é que, dentro do rigor que a lei nos impõe, somos capazes de satisfazer as necessidades de muitos milhares de habitantes do Faial e do Pico. Naturalmente que esses saberão reconhecer esse esforço e essa gestão criteriosa que o Governo Regional fez nesse processo.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Quando foi tornado público o relatório da auditoria do Tribunal de Contas, eu tive ocasião, em nome do PCP/Açores, de fazer uma reclamação/sugestão, chamemos assim, que queria reiterar hoje nesta Casa.

Criada que está a SPRHI, SA, com a qual o Governo Regional estabeleceu contratos-programa em relação às empreitadas, era de toda a oportunidade que o Governo Regional realizasse mais alguns contratos-programas com essa sociedade anónima de capitais públicos, por forma a que esses casos avulsos, mas que são muitos, não sejam conduzidos por aqueles que agora, sobre a capa da Delegação de Habitação e Equipamentos da Ilha do Faial, continuam exactamente a cometer os mesmos erros que cometeram durante anos.

Pedia que a bancada da maioria, que apoia o Governo, ouvisse, com ouvidos de ouvir, esta recomendação ou sugestão, como queiram entender.

Em relação ao planeamento, o Sr. Deputado Hernâni Jorge falou, com o calor que usa, nas questões de planeamento para este processo, um planeamento rigoroso, quase matemático, com todas as virtudes.

Eu devo dizer que tenho uma opinião fundamentada completamente contrária a essa. O Sr. Deputado Hernâni Jorge sabe tão bem quanto eu, porque discutimos muitas vezes na Comissão essa questão, que este processo durante dois anos não teve nenhum planeamento. Foram anunciadas as mais diversas datas contraditórias que desaguaram numa opção errada, que foi num número restrito de grandes empreitadas de difícil controlo.

O planeamento foi esse e isso foi o principal problema desta reconstrução.

Não tendo mais tempo, não posso levantar mais questões, mas queria reafirmar que o Grupo Parlamentar do PCP manteve e mantém, sobre este problema, a postura que sempre teve.

Primeiro: criticar o que é criticável;

Segundo: sugerir;

Terceiro: propor, como fizemos ao longo dos anos;

Quarto: levantar os problemas e nesse sentido fomos muitas vezes à tribuna.

Nunca usámos a figura de interpelação, Sr. Deputado Dionísio Sousa, porque até ao momento não achámos necessário.

Gostaria de lembrar que o Sr. Presidente do Governo quando achou necessário dirigir-se a esta câmara, usou a figura de comunicação ao Parlamento sobre um determinado assunto. Fê-lo quando houve asfixia financeira, completamente inoportuna, face aos muitos problemas que o processo já tinha.

É lamentável que o próprio Governo não tenha tido agora, nesta outra curva do processo, onde as irregularidades vieram ao de cima, mostrando claramente, além das ilegalidades, que o processo não tem sido bem conduzido, a postura de vir aqui explicar algumas coisas, como hoje o Sr. Secretário Regional da Agricultura fez usando por duas vezes os seus 3 minutos regimentais. É lamentável!

Gostava apenas de dizer ao Sr. Deputado Dionísio Sousa que por diligência nossa, ontem, a Comissão de Política Geral marcou uma audição ao Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Se for necessário, este grupo parlamentar tomará outras atitudes. Os outros grupos parlamentares responderão por si.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Três notas.

Em primeiro lugar, o receio que PSD poderá ter se eventualmente vier a debater a reconstrução.

A história deste Parlamento, o registo de tudo o que foi feito e dito nesta Assembleia sobre o PSD e sobre a reconstrução, desmentem claramente qualquer receio que nós eventualmente possamos ter ao debater este tema.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Temos nós provocado e liderado muitas vezes esse debate e estamos aqui sempre que for preciso.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Desse género!

O Orador: Desse género e de todos os géneros que for possível, Sr. Secretário.

Já ontem referi, e os senhores não podem desmentir, porque tenho as provas, que há um ano, vários deputados do Grupo Parlamentar do PSD, que pertencem à Comissão do Sismo, fizeram um requerimento sobre coisas essenciais.

Eu desafio alguém nesta Casa que saiba responder que me diga quanto é que está a custar, por metro quadrado, as casas que pertencem às empreitadas.

Perguntas tão simples como esta fizemos em requerimento. Obtivemos como resposta do Sr. Secretário: “não respondo por essa via, respondo na Comissão do Sismo”.

Fomos para a Comissão do Sismo. Resposta do Sr. Secretário: “Não tenho os dados comigo”.

Isto é brincar com as pessoas! Isto é brincar com a Assembleia!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Nós não temos receio. Os senhores é que têm, porque nunca quiseram mostrar as contas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Se os senhores não tivessem receio, tivessem sido correctos e tivessem apresentado todas as contas da reconstrução, este relatório da auditoria do Tribunal de Contas não tinha tido o impacto que teve.

Sr. Deputado Dionísio Sousa, a Comissão de Polícia Geral é uma comissão permanente e a Comissão do Sismo é uma comissão eventual. A verdade é que a Comissão do Sismo não está extinta. Pergunte ao Presidente da Comissão por que é que ela não reúne, por que é que ele nunca a convocou se ela não está extinta. Pergunte e depois conversamos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Os senhores não querem debater.

Em vez do senhor e a sua bancada estarem preocupados com a Comissão de Política Geral e com a Comissão do Sismo, respondam por que é que o Governo não veio prestar contas a esta Assembleia, não veio dizer qual a situação da SPRHI.

O que é que a SPRHI fez até hoje?

Já ouvimos uma notícia que tinha ido a um banco alemão levantar dinheiro para avançar com a reconstrução. Onde é que anda o dinheiro?

As obras avançam lentamente. Os empreiteiros continuam a queixar-se de pagamentos em atraso.

Onde é que está o dinheiro dos bancos suíços? Será que está na festa de inauguração que se realizou há pouco tempo na Lagoa? Foi para pagar os artistas?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Em segundo lugar, a questão das empresas.

Os indícios são óbvios.

Presidente: Sr. Deputado, chamava a atenção porque já chegou ao limite do seu tempo.

O Orador: Concluo já, Sr. Presidente.

O Tribunal de Contas diz que a consulta a um certo número de empresas foi meramente formal, por isso é que se explicam situações dessas.

Por exemplo: a empresa X teve 12 convites e uma adjudicação. A empresa Y teve 13 consultas, 0 (zero) adjudicações. A empresa R teve 8 convites e 0 (zero) adjudicações. Mas a empresa A teve 5 convites e 5 adjudicações.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Ficámos arrasados com esses dados!

Deputado Mark Marques (PSD): Arrasados não, mas incomodados sim!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Costa Pereira.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não espere a oposição que seja o Governo Regional a suprir as suas próprias deficiências. Isso nós não vamos fazer.

Se os senhores querem saber alguma informação, estamos livres e abertos para fornecer. Nós não sabemos quais são as vossas dúvidas.

O Governo Regional dirá sempre, com a maior naturalidade, e explicará tudo.

Deputado Dionísio Sousa (PS): O Regimento resolve esse problema!

O Orador: Eles não conhecem. Eu não percebo como é que alguns Deputados estão aqui há tantos anos e não conhecem o Regimento, não sabem que figuras é que podem usar.

Deputado João Cunha (PSD): A gente não precisa conhecer, porque os senhores não o respeitam!

O Orador: Nós respeitamos, até demais, se quer que lhe diga.

Digo-lhe com toda a sinceridade, e é verdade, que nós estamos aqui sempre disponíveis para prestar todos os esclarecimentos que o PSD ou outros grupos parlamentares quiserem.

Vejo com alguma franqueza que o PCP já escolheu um meio de pedir ao Sr. Secretário para ir à Comissão de Política Geral e que o PSD, nesse capítulo, continua a ver navios, ou seja, vai esperar que caia alguma coisa do tecto para que lhe expliquem as suas dúvidas.

O que os senhores querem é vir aqui, porque têm a comunicação social, lançar algumas bocas, indefinidas. “olhe: houve uma empresa que foi convidada 5 vezes e foi adjudicada 5 vezes”. Qual é o mal que isso tem, Sr. Deputado?

Deputado Costa Pereira (PSD): Passou para o que estava antes!

O Orador: Explicou alguma vez qual o mal que isso tem? Qual é a irregularidade? Qual é a ilegalidade?

Ninguém percebe o que é que o senhor diz.

Se todas as questões difíceis de responder fosse essa, estávamos tranquilíssimos e estamos, porque não temos dúvidas que o processo teve naturalmente vicissitudes, foi um processo difícil pela natureza da própria realidade que foi um cataclismo.

Portanto, nós estamos aqui para responder a tudo o quanto os senhores quiserem, certos que o Governo Regional cumpre a sua função.

Aquilo que eu percebo é que a oposição, designadamente o PSD, nem a sua obrigação, sabe cumprir.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Eu gostaria de pegar numa expressão que foi usada pelo Sr. Deputado Costa Pereira. O Sr. Deputado começou a sua primeira intervenção lançando “uma farpa” ao rigor de algumas das intervenções que lhe tinham antecedido e referiu que era preciso seriedade, porque estão em causa as pessoas que sofreram os efeitos do sismo.

Sr. Deputado Costa Pereira:

Onde é que estava essa seriedade e essa preocupação com as pessoas que sofreram os efeitos do sismo, quando o senhor, nem tugiou nem mugiu, quando se discutiu a história da revogação do despacho dos 20 milhões de euros para ajudar à reconstrução?

Deputado José San-Bento (PS): Estava distraído!

O Orador: O senhor, graças a Deus, já deu provas de ter capacidade para perceber os múltiplos impactos que podem ter as palavras ditas aqui dentro.

O senhor acha que é sério, que é ter em atenção a seriedade que a questão exige, falar no dinheiro dos bancos suíços que estaria gasto nas inaugurações em São Miguel?

Deputado Costa Pereira (PSD): Nas festas de inauguração!

O Orador: Nas festas? O senhor acha isso sério? É essa a seriedade com que o PSD trata estas matérias?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Não é esta a seriedade que nós entendemos que se deve ter neste assunto.

O que é que o Sr. Deputado Costa Pereira queria?

Que chegasse aqui o Presidente da SPRHI ou o Secretário Regional e atirassem uma mala de dinheiro para o chão do plenário e dissessem está aqui o dinheiro?

Sr. Deputado Costa Pereira:

O senhor e alguns deputados que o antecederam tentaram, desesperadamente, fugir à questão essencial.

Sr. Deputado, eu não estou a discutir a questão jurídica do relatório. Também gostaria. O senhor nem imagina o prazer que me dava discutir, do ponto de vista jurídico, este relatório. Acredite que me dava um gosto tremendo. Mas não é esta a função que me estou aqui, não é dessa forma que o povo dos Açores exige que eu actue aqui dentro.

É do ponto de vista político que ajuízo o comportamento político daquele Governo e as consequências que eventualmente esse comportamento acarreta.

Há algo que os senhores fogem, como o Diabo foge da cruz: quem tem razões para se envergonhar do processo da reconstrução é o PSD e o PP e não o PS.

É isso que os senhores não querem que se diga, porque foram os senhores que impossibilitaram ou que tentaram impossibilitar que a reconstrução, no que diz respeito a empreitadas de empresas públicas, terminasse em 2004.

Foram os senhores que aplaudiram e é por isso que no comportamento político que se assume aqui dentro eu acuso os senhores de terem pactuado com o comportamento político discriminatório do Governo da República ao tentar garrotear o Governo Regional para não acabar a reconstrução.

A responsabilidade política, Srs. Deputados, é do PSD e do PP. E não há declaração política, não há parecer do Tribunal de Contas, não há seriedade ou dinheiro de bancos suíços que iluda essa questão.

Politicamente quem tem razão para se envergonhar do processo da reconstrução...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): É o Partido Socialista e o Governo!

O Orador: ... é o PSD e o PP/Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Agricultura e Pescas)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Dois esclarecimentos muito rápidos na sequência da intervenção do Sr. Deputado José Decq Mota.

Quando eu falo que o essencial da reconstrução estará concluído no final de 2004 e quando o Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista fala que no final de 2004 estarão concluídas as empreitadas de obras públicas no âmbito da reconstrução, falamos de uma só e da mesma coisa,...

Deputado José Decq Mota (PCP): Não é verdade!

O Orador: ...ou seja, do cumprimento do compromisso do Governo Regional e isso ninguém poderá dizer o contrário.

Outro esclarecimento, Sr. Deputado, que falei, ao enunciar alguns dos aspectos positivos do processo de reconstrução, foi do rigoroso planeamento – repito e reitero aqui – que foi posto pelo Governo ao nível da qualidade e segurança das obras.

Disse também, e isso ninguém foi capaz até hoje de desmentir, que isto não foi assim, que a questão da segurança e da qualidade das obras foi essencial, primordial e que a esse nível o Governo foi rigorosíssimo e o planeamento que existiu foi quase perfeito.

Deputado Dionísio Sousa (PS): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas notas para clarificar a posição do PSD, porque assim se torna necessário.

Em primeiro lugar, o PSD naturalmente tem todo o interesse, contribuiu e contribuirá com tudo o que for necessário e lhe for pedido, para que o processo da reconstrução termine o mais depressa possível.

O objectivo de todos é dar àqueles que necessitam a habitação a que têm direito, no prazo em que foi pedido e prometido.

O Presidente do Governo Regional disse que em 2001 a reconstrução estava pronta. Não ficou.

Agora diz que em 2004 estará pronta.

Nós, que estamos aqui no Faial, que acompanhamos este processo, sabemos que não é possível estar pronta em 2004, por aquilo que falta fazer.

O que poderá eventualmente estar pronto são as empreitadas que estão em curso,...

Deputado Hernâni Jorge (PSD): Foi isso que sempre dissemos!

O Orador: ... mas fora das empreitadas que estão em curso falta muito, Srs. Deputados. Falta resolver o problema dos sem terra, falta resolver o problema dos sinistrados do II e III escalões que não têm capacidade de acesso aos financiamentos

tais quais estão estabelecidos neste momento e falta resolver o problema daqueles que foram indevida e injustamente afastados do processo da reconstrução.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Todos eles são sinistrados e foram tratados com injustiça e com um tratamento não muito justo por parte da administração: Eles merecem ser chamados a este debate e merecem que lhes seja encontrada uma solução.

Nós estamos preocupados com eles e era neles que estávamos a pensar quando aqui fizemos algumas afirmações.

Quanto à questão da política do quanto pior melhor, essa não nos cabe. Nós demos em 2001 um contributo para que algumas coisas que não estavam a correr bem na reconstrução pudessem ser resolvidas. Em Maio de 2001 o PSD apresentou, nesta Casa, uma proposta de alteração ao diploma da reconstrução e uma das soluções que nós apresentávamos era a cedência de terrenos a título de direito de superfície aos sinistrados que ficaram designados por “sem terra”.

Nessa altura, o Sr. Secretário da Habitação disse que as propostas que o PSD apresentava eram perfeitamente demagógicas, não eram credíveis.

Dois anos depois, em 2003, o Sr. Presidente do Governo dizia: “as famílias integradas no I Escalão de apoio, mas que não têm terreno, verão finalmente o seu problema resolvido” e faz exactamente aquilo que nós propúnhamos.

Deputado Luís Medeiros (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Nós demos contributos. Nós estivemos aqui na altura certa, a meio da legislatura, a dizer que queríamos resolver o problema dos que faltava resolver. Os senhores é que votaram contra e vão assumir a responsabilidade de, na altura certa, não terem contribuído para em 2004 estar tudo resolvido.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que todos nós compreendemos, e por isso não é de estranhar, a estratégia e a postura de algum desespero com que alguns elementos – honra seja feita – da bancada do PS reagiram a essa matéria.

A falta de serenidade, a falta de argumentos, a falta de identificação real e verdadeira com o Governo e a existência de alguma vergonha, leva a agir como se viu.

Em primeiro lugar, e em relação ao Sr. Secretário Regional, eu gostaria de agradecer, como exemplo de serenidade e seriedade, a forma como contribuiu com as limitações do Regimento para dar esclarecimentos.

Permitia-me só, Sr. Secretário, com todo o respeito, que essas justificações e esses argumentos foram, como V. Exa. referiu, apresentados ao Tribunal de Contas em sede de contraditório.

Eu tento compreender o Governo Regional. Quase que me compadeço com o vosso esforço. Só que o grande problema é que o Tribunal de Contas achou que não. Aí é que está o diabo.

(Risos dos Deputados da bancada do PP, PSD e PCP)

V. Exa., como ilustre profissional da área do direito, sabe perfeitamente as injustiças que acontecem. Eu não duvido que o Governo possa estar a ser injustiçado, mas o diabo é o relatório.

(Risos da Câmara)

O problema é esse e é isso que a maioria dos Srs. Deputados da posição não leram. Sinceramente, e passando ao Sr. Deputado Renato Leal, eu não tenho nenhum privilégio nessa matéria, porque eu não disse nada que não esteja aqui e que, pelos vistos, a sua companheira bem próxima, a nossa ilustre e simpática colega Andreia, conhece. É pena que a Sra. Deputada esteja ao meio,...

(Risos da Câmara)

... porque senão era fácil o meu amigo ter acesso directo ao documento.

Vou fazer-lhe um pedido: quando pedir à Sra. Deputada Andreia que lhe forneça os elementos, ela que lhe forneça todas as páginas, porque – e peço desculpa de ter que o referir aqui – o ponto 4 que a Deputada Andreia Cardoso citou pertence exactamente ao resumo...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Por acaso não foi!

O Orador: ... do capítulo Conclusões e Recomendações e é por acaso aquele que eu não tenho aqui a amarelo.

Veja o que está aqui a amarelo. São dezenas e dezenas de irregularidades, muitas delas eventuais ilegalidades...

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Eventuais!

O Orador: Eu não sou juiz.

Chamo atenção do seguinte: nas eventuais infracções financeiras que a Sra. Deputada Andreia e os deputados atentos do PS têm à sua frente, diz: “da violação de normas referentes à assunção ou à autorização de despesas, podem decorrer situações da responsabilidade financeira previstas e sancionadas nos termos do artigo 65º da Lei 98/97, de 26 de Agosto”.

Sabe quantas páginas são?

Esta, esta, outra por detrás, mais esta e vai até ao capítulo das decisões.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O assunto é sério. Essa estratégia pega noutros ambientes e noutras circunstâncias, mas não vai pegar, nem pegou.

Para terminar, Sr. Presidente, quando eu afirmo, em nome do meu Grupo Parlamentar, no fim do relatório que “estamos certos que, face ao relatório do Tribunal de Contas e à gravidade das suas constatações, os demais órgãos de Estado, tendo em conta as suas competências, saberão cumprir com os seus deveres institucionais”, isso é uma exigência nossa.

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Estamos certos que isto vai acontecer.

Eu não quero duvidar que haja nesta Assembleia algum ilustre senhor deputado, eleito pelo povo dos Açores, que pense o contrário.

Sob o ponto de vista técnico não é a Assembleia que vai julgar o Governo e condenar aqueles que aqui são indiciados como potenciais responsáveis financeiros.

Nós não cometemos essa injustiça. Isso não pode ficar assim. Aliás, já o Sr. Secretário Regional foi convidado por nós, CDS/PP, para vir aqui, se antecipar e dar explicações a esta Casa, esclarecer os Srs. Deputados sobre o que é que aconteceu.

Isto é muito grave. Não brinque com coisas sérias.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Temos vindo a debater aqui, de a alguns anos até hoje, em quase todas as sessões plenárias, a temática da reconstrução.

Para além de o termos feito em plenário, também o fizemos várias vezes na Comissão Eventual para acompanhamento da acção do governo na recuperação dos estragos do sismo e noutras comissões, nomeadamente na Comissão de Economia e de Política Geral.

Portanto, esta matéria tem sido muito debatida, é uma matéria com algum impacto mediático, tem merecido as mais profundas e disparas análises, não só de políticos como de outros agentes da sociedade civil.

É sem dúvida uma matéria importante que tanto aqui dentro como lá fora tem vindo a ser tratada.

O PSD muitas vezes, ou algumas vezes quase sozinho, reiterou um conjunto de críticas, apresentou um conjunto de soluções, trouxe vastíssimas vezes a voz dos sinistrados, emprestando a nossa voz para se fazerem ouvir. Fomos acusados, criticados e quase mal tratados por trazer esse assunto aqui.

Mas há um dia em que a verdade vem ao de cima.

Esse dia de alguma forma, e em relação à reconstrução, veio também com este relatório do Tribunal de Contas.

Desde 98, há mais de 5 anos, que andam pessoas a sofrer e o partido que sustenta o Governo anda, sistematicamente, a aligeirar todas as críticas e a dizer que tudo vai bem, que tudo é um mundo de rosas no processo da reconstrução.

Primeiro, acabava em 2001. Eram dois ou três anos. Eram 27 milhões de contos. Agora já se fala em 2004 e em 47 milhões de contos. Já se descobriram buracos de mais de 15 e 17 milhões de contos no processo e os senhores continuam a tentar fazer vingar a sua opinião.

Por mais decibéis que se soltem relativamente a esta matéria, a verdade veio ao de cima.

Eu vou ler – penso que já terá sido feito aqui – uns parágrafos do relatório do Tribunal de Contas, muito simples e claros, que vêm dizer de uma vez por todas, em muitas matérias, quem falava a verdade:

“As faltas de cabimento de verbas identificadas reportam-se na sua maior parte ao exercício orçamental de 2001 e em pequena parte ao de 2000, pelo que carece de qualquer base factual plausível a imputação da origem dos problemas ao ano 2002 e à sucessão governativa.”

Deputados José Manuel Bolieiro e Luís Medeiros (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Cito agora uma pessoa que os senhores conhecem, um adjunto do Sr. Secretário José Contente, principal responsável político por tudo isto, que em relação à Câmara da Povoação dizia:

“Álvares não contava que em 2/11/2002, o Tribunal de Contas apreciasse a Conta de Gerência de 2001 aprovando um relatório elogioso para Carlos Ávila e seus vereadores”.

Conclusão do articulista: “A verdade vem sempre ao de cima”.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de chamar a atenção para alguns dos aspectos que foram aqui tratados.

Em primeiro lugar, o Sr. Deputado Costa Pereira disse que o Presidente do Governo teria dito que a reconstrução acabava em 2004. O Presidente do Governo nunca disse isso. O que o Presidente do Governo disse foi que a reconstrução, no que respeita a empreitadas de obras públicas, terminará em 2004. Mais um exemplo da seriedade que o Sr. Deputado Costa Pereira põe neste debate.

Mais curioso é que depois o Sr. Deputado Costa Pereira critica o Governo e o seu Presidente por ter dito aquilo que o Presidente do Governo nunca disse.

Seriedade, Sr. Deputado? Pelo amor de Deus!

O Sr. Deputado Costa Pereira depois vem reafirmar que o PSD esteve presente, que o PSD contribuiu, que o PSD defendeu e esteve aqui a lutar.

Sr. Deputado Costa Pereira, na altura em que os sinistrados mais precisavam do PSD, o PSD não contribuiu, o PSD não esteve, o PSD fugiu, acobertou-se debaixo de um silêncio e de uma complexidade com o Governo da República para não dizer nada em relação a um atentado contra a reconstrução.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Agricultura e Pescas)

O PSD não esteve presente. O PSD não contribuiu. Foi isso que os senhores fizeram, daí que do ponto de vista político a responsabilidade deste processo, a responsabilidade de algumas das situações que se falam aqui, em relação ao processo da reconstrução, assacam-se ao PSD e ao PP.

Politicamente isto é um facto que não pode ser esquecido, que interessa denunciar claramente.

O senhor não pode dizer, porque não é verdade, que o PSD sempre contribuiu, que o PSD sempre esteve, porque não esteve nem contribuiu.

Idêntica linha de argumentação pode ser dirigida em relação a algumas das afirmações do Sr. Deputado Duarte Freitas.

Pessoas a sofrer?

Onde é que estava a consideração pelas pessoas a sofrer quando, curiosamente, interpelado do Sr. Deputado José Decq Mota sobre se considera justo ou não que venham os 4 milhões de contos para a reconstrução, o senhor respondeu: “se quer que lhe diga, sinceramente, não sei se é justo”. Foi isto ou não?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Eu já lhe explico!

O Orador: Foi isso sim senhor.

É aí que estava a preocupação com as pessoas a sofrer? É aí que estava a preocupação com os atrasos da reconstrução?

Sr. Deputado, eu não lhe digo “ganhe vergonha”, porque tenho respeito por si.

Mal tratados os Deputados do PSD?

Pelo amor de Deus!

Longe vai o tempo em que se maltratavam deputados nesta Região quando criticavam o Governo Regional.

Os senhores não foram maltratados!

Muitas das vezes os senhores é que maltrataram o Governo Regional e os Deputados do PS por fazerem aquilo que lhes competia.

Portanto, do ponto de vista político, se os senhores têm críticas a fazer, muito bem. Podem fazer essas críticas, mas façam-nas com rigor e com verdade e até a este momento, quer o Sr. Deputado Duarte Freitas, quer o Sr. Deputado Costa Pereira, não criticaram este processo com rigor e com verdade.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do Secretário Regional da Agricultura e Pescas)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Muito rapidamente para deixar apenas algumas notas neste debate.

Em primeiro lugar, para referir que tenho muita dificuldade em acompanhar o raciocínio desenvolvido por alguns que criticam que o CPR tenha optado por se inclinar para o processo daquilo que tem sido conhecido como as grandes empreitadas e como é que seria, de acordo com o que o Tribunal de Contas diz no seu relatório, se tivesse ido para um concurso público internacional.

Eu, sinceramente, com o devido respeito, tenho uma dúvida muito grande. Tendo havido os percalços que houve com as grandes empreitadas, que cenário não seria esse da mega empreitada, resultante da utilização desse mecanismo do concurso público internacional.

Segunda nota:

De quando em quando surgem afirmações relativamente ao comportamento dos Deputados do PS.

Os Deputados do PS têm defendido este processo da forma que, de acordo com as conjunturas, lhes foi parecendo ser o mais adequado.

Fazem-no e fizeram-no nos órgãos próprios do partido usando determinada linguagem e determinado uniforme; fazem-no e fizeram-no noutros locais utilizando outra linguagem e aqui fazem-no na forma como entendem dever fazê-lo.

Não tentem encontrar um denominador comum devidamente fardado, com o mesmo uniforme. em todas estas situações.

Terceira questão:

Tenho por hábito o privilégio de ouvir dizer que tenho boa memória. Não me lembro nunca de ter ouvido – espero que me dêem o benefício da dúvida relativamente a esta matéria – o Presidente Carlos César dizer que iria terminar a reconstrução em 2001. Eu, digo sinceramente, nunca ouvi. Não quero com isto dizer que ele não tenha dito.

Com a tomada de posição que tive de discordância relativamente a determinadas atitudes tomadas e a determinadas perspectivas que em determinado momento foram

defendidas, se alguma vez tivesse ouvido dizer em 98 ou em 99 que a reconstrução iria ficar concluída em 2001, eu penso que teria a coragem, ...

Deputado Costa Pereira (PSD): Mas não teve!

O Orador: ... a força e o desassombro de dizer “não vai ser possível”.

Deputado Costa Pereira (PSD): Mas não disse!

O Orador: Não disse porque nunca ouvi nem sou obrigado a dizer e o Sr. Deputado não venha novamente com o fio do barbante a ver se me passa uma finta, porque por aí não vai fintar.

Relativamente a 2004 – e o senhor aí não é rigoroso, mas tem a obrigação de ser rigoroso, porque não é um aluno do recorrente, é licenciado – o senhor diz “agora”. Agora tem como sinónimo neste preciso momento.

O que fica registado aqui, e que o senhor disse hoje por diversas vezes, (“agora o Presidente do Governo diz que é em 2004”), não é verdade. Já há muito tempo que o Sr. Presidente do Governo e Presidente do PS/Açores diz, e assume essa responsabilidade, que, como disse o Sr. Deputado Hernâni Jorge, no essencial, no que diz respeito às empreitadas públicas a reconstrução ficará concluída em 2004.

Relativamente aos outros casos, nós continuaremos e continuamos a lutar para que efectivamente se encontre uma solução para eles.

Se a solução vai coincidir com propostas que outros partidos também têm ou não, neste momento, sinceramente, não sei, mas continuo preocupado e interessado, e comigo os meus colegas de bancada, para que se resolva.

Receio que relativamente a este projecto...

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse, porque já ultrapassou o tempo.

O Orador: Já ultrapassei?

Presidente: Já, sim senhor.

O Orador: E já ultrapassei aquilo que a sua generosidade para comigo pode ter?

Presidente: Não tão generoso como fui com o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

O Orador: Então eu sento-me.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma primeira nota nesta segunda intervenção, relativamente àquilo que tem vindo a ser discutido nos últimos momentos, quanto ao término da reconstrução.

Eu venho também aqui denunciar e acusar que os serviços responsáveis pela reconstrução, nos últimos tempos, têm vindo a empurrar e a remeter para a administração directa todas as pessoas que podem.

Cinco anos após o sismo têm vindo a dizer a alguns sinistrados que julgavam que tinham os seus processos instruídos, que afinal os seus danos não são do sismo, que eles têm que recorrer à habitação degradada. Isto é a pura da verdade e todos os dias temos sinistrados a falar nisso. Porquê? Para que consigam para acabar as empreitadas em 2004 e assim dizer que a parte do Governo está resolvida.

Acontece que o Governo está tentando diminuir a sua parte de responsabilidade e passar o resto para o futuro e para os anos subsequentes.

Segunda nota:

Quando eu disse que fomos mal tratados aqui, é verdade. Inclusivamente nesta Sala e lá fora, através de diversos meios e mantos com que se cobrem alguns dos poderes desta Região, foram feitas críticas pessoais a políticos que criticavam a actuação do Governo relativamente a esta matéria.

Eu gostaria de lhe lembrar, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que não é de agora nem de antes que houve situações mais calorosas no debate, mas penso que desta bancada nunca se assistiu, nem agora nem antes, ao que um dia os anais desta Casa contam que houve um determinado deputado da então oposição que atravessou a Sala ameaçando bater num membro do Governo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem!*

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não é bandeira branca, mas é baça!

O Orador: Para terminar, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o senhor ouviu aqui a leitura que eu fiz do texto do relatório do Tribunal de Contas que diz que os problemas não se devem à mudança de Governo, que vêm de 2000 e de 2001. Também sabemos que desde 99 não veio um escudo do Orçamento de Estado para a reconstrução.

Onde é que o senhor estava em 2000?

O senhor nessa altura não tugiou nem mugiu a pedir o dinheiro que não veio para os Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e PP)

O Orador: Acabou-se por descobrir em que 2000 e em 2001 não veio um escudo do Orçamento de Estado.

Acabou-se por descobrir, segundo uma entidade autónoma e independente, que esses problemas não vinham da análise que fizeram de 2002. Vinham de trás. E os senhores continuam a fazer cavalo de batalha na única coisa em que se podem segurar.

Os senhores esqueceram-se de explicar se, por exemplo, os 4 milhões de contos eram precisos ou não. Ninguém explicou o buraco de 17 milhões de contos que os senhores há um ano e meio descobriram na reconstrução. Ninguém nos explicou isso, como ninguém nos explicou muitas outras coisas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e PP)

Ninguém nos explicou por que é que foi o vosso silêncio em 2000 e 2001, assim como ninguém nos explica porquê o vosso silêncio relativamente a uma matéria destas.

Os senhores concordam ou não que as instituições que devem investigar isto, investiguem até ao fim e que verifiquem as consequências para apurar eventuais responsabilidades financeiras por via de irregularidades ou ilegalidades?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e PP)

Presidente: Srs. Deputados, sem pretender influenciar a liberdade que este processo de discussão envolve, eu queria chamar a atenção, porque já vamos em mais de 22 intervenções no seguimento da declaração política do Deputado Alvarino Pinheiro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para naturalmente fundamentar as afirmações que aqui fiz e que não as fiz de ânimo leve. Atendendo à minha formação académica, naturalmente não iria citar afirmações do passado sem delas ter conhecimento e provas.

No dia 26 de Julho de 1998, o Sr. Presidente Carlos César, fez uma conferência de imprensa na Ilha do Faial, em que declarou que, “em geral, as obras da reconstrução estão prontas daqui a menos de 3 a 4 anos”. Fazendo as contas, ficávamos em finais de 2001.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): 3 a 4 anos?

O Orador: 3, 4 anos!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não, não. O que é que diz a citação?

O Orador: “Em geral, as obras da reconstrução deverão ficar prontas em menos 3 a 4 anos.” Se quiserem mais posso ler aqui que “no dia 12 de Julho, os trabalhos da reconstrução das habitações destruídas e danificadas pelo sismo da passada Quinta-feira, deverão ficar concluídos dentro de 4 anos”.

O Sr. Presidente do Governo já reconheceu aqui, faz agora um ano em Setembro, que se tinha enganado. Só lhe ficou bem.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não estamos a falar nisso!

O Orador: Sr. Deputado Renato Leal, o Sr. Presidente do Governo disse que as obras iam terminar em 2001. Enganou-se e já o reconheceu. Estamos conversados e não há problema nenhum, porque isso é passado, já está ultrapassado, mas a verdade é que ele o disse.

Quanto à questão de 2004, eu vou entregar-vos todas as citações de declarações do Sr. Presidente do Governo que tenho em que ele diz que a reconstrução das Ilhas do Faial e Pico terminará em 2004, sem explicitar se se trata da reconstrução das empreitadas.

Aliás, numa reunião em que os Deputados da Ilha do Faial estiveram – o Sr. Deputado José Decq Mota pode confirmar isso – foi dito que a planificação da reconstrução apontava para que estivesse concluída nesta Legislatura. Essa reunião foi em 2000, com os Deputados da Ilha do Faial, e o Sr. Presidente do Governo disse que “a reconstrução...” – e houve uma insistência “qual reconstrução?” – “... toda a reconstrução das Ilhas do Faial, Pico e São Jorge, estará concluída nesta Legislatura”. O Sr. Deputado José Decq Mota está aqui e não me deixa mentir. Aliás, ele tem documentação desta reunião.

Há coisa de um ano para cá, é que se começa a dizer que já não é toda a reconstrução, é a reconstrução dos casos que foram entregues às empreitadas.

Eu tenho uma listagem que vos posso entregar, de todas as afirmações que foram feitas em que diz que a reconstrução terminará em 2004.

Isto que eu estou a dizer é rigorosamente verdade e não admito que ponham em causa a seriedade destas citações que aqui fiz.

Finalmente, o que é importante, não nos devemos desviar do essencial, é a questão das consequências políticas do relatório e da auditoria do Tribunal de Contas. Deixemo-nos de questões laterais. Relativamente à gravidade das conclusões deste relatório que aquela auditoria apresenta, nomeadamente no domínio das eventuais infracções financeiras, os seus responsáveis teimam em fugir e em assumir as suas responsabilidades. Isso é o essencial e é isso que deve nortear as nossas intervenções.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Costa Pereira.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve atendendo ao desenvolvimento que as questões tiveram.

Sr. Deputado Renato Leal:

Eu conheço e estimo-o há muitos anos, como sabe, em termos pessoais. Eu lido consigo em termos políticos há bastantes anos, com bastante proximidade.

Tive sempre uma dificuldade muito grande em perceber um tema que hoje aqui trouxe, que é o tema das várias camisolas.

Nós, no futebol, sabemos que os jogadores vestem as camisolas dos clubes e vestem a camisola da selecção. Eu parto do pressuposto que todos os jogadores quando vestem a camisola da selecção fazem o melhor que podem.

Comparando, um deputado quando está no exercício das suas funções, está com a camisola da selecção. Um deputado quando está numa reunião partidária, está com a camisola do clube.

Não é aceitável que esse deputado dê mais valor à camisola do clube do que à camisola da selecção.

O Sr. Deputado com certeza tomou as posições que entendeu, enquanto membro de órgãos do Partido Socialista e como membro desse grupo parlamentar.

O senho enquanto deputado desta ilha, enquanto Presidente da Câmara deste Concelho até 2000, nem sempre foi claro na defesa dos interesses desta ilha e de quem representa em termos da reconstrução.

Mais: Aqui não foi claro, votou contra medidas que eram importantes e teve omissões. Portanto, não vamos avançar com esta história das camisolas, porque não podemos estar um ano a criar um discurso para usar daqui a 8 meses. Isto tem que ser tudo dito nas alturas absolutamente certas.

Não houve da vossa parte firmeza na defesa dos interesses que estavam em causa.

Era isto que eu queria dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Sr. Deputado Duarte Freitas:

De uma forma muito clara, eu não sei como é que as coisas funcionam quando o PSD está no Governo ou quando o PSD tem posições de preponderância em relação a órgãos como o Tribunal de Contas.

Da nossa parte não é necessário reafirmar se querem que as autoridades funcionem. Isso é dever das autoridades. E o mesmo empenho com que foi feito com este

relatório, é posto em tudo aquilo que seja necessário para resolver e ajudar ao cumprimento das funções desses órgãos.

Eu não percebo qual é a necessidade que o Sr. Deputado tem de uma reafirmação deste tipo por parte do PS. É estranho, no mínimo, e denota algumas más concepções da sua parte em relação à forma como isso funciona.

Segunda questão:

Sr. Deputado Duarte Freitas, eu acho curioso a forma como o senhor coloca a questão agora: “ninguém nos explicou que eram necessários os 4 milhões”. Francamente, Sr. Deputado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não é isso. Ouviu mal. Foi o que quis ouvir!

O Orador: Mas foi isso que passou:

“Ninguém nos explicou!”.

Mas o que é isto?

É necessário explicar por que é que deviam vir os 4 milhões, para quem tinha tão grande conhecimento da situação dos sinistrados e do processo da reconstrução?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Os senhores tinham acabado de descobrir um buraco de 17 milhões de contos!

O Orador: Sr. Deputado Duarte Freitas, sabe por que é que o Partido Socialista nunca reclamou com o Governo da República a reconstrução? Quer que eu lhe diga porquê?

Por exemplo, do Fundo Nacional de Emergência Civil vieram 100 mil contos e do Fundo Socorro Social vieram 150 mil.

Depois, do Governo da República veio mais 2 milhões de contos, em seguida mais 1,2 milhões de contos, mais 300 mil contos de uma vez, mais 4 milhões de outra vez e mais 1 milhão de contos de outra.

Por instrução do Governo da República, vieram fundos que não nos eram anteriormente destinados, 3 milhões de contos de uma vez, 3,4 milhões de contos de outra e 2 milhões de contos de outra.

Deputado João Cunha (PSD): Tanto dinheiro e não fizeram nada!

O Orador: Para além disso, Sr. Deputado Duarte Freitas, há uma coisa que até 2004 nós considerávamos como assente. É que o Governo da República era pessoa de bem e quando o Governo da República assume um compromisso é para cumprir.

Em Março de 2002 esta nossa convicção e fé foram abaladas, porque o Governo da República da responsabilidade dos senhores revogou a transferência de 20 milhões de euros para a reconstrução.

(Aparte inaudível do Deputado Duarte Freitas)

Não tem a ver com o despacho. Tem a ver com a vontade de transferir. Os senhores se queriam colocar dinheiro num envelope e mandar para a Região, em vez de fazer um despacho, era ótimo.

Sr. Deputado Duarte Freitas, o relatório do Tribunal de Contas iliba o PSD de responsabilidade nos 4 milhões de contos. Mas não estamos a brincar. Nós não estamos a falar aqui do processo da reconstrução?

Eu não estou a falar apenas do relatório, por muito que isso vos desse jeito. Eu estou a falar do processo da reconstrução. Aí, mais uma vez é PSD e PP é que têm razões para se envergonhar deste processo.

Por último, críticas pessoais, maus tratos aos Deputados do PSD.

Eu aconselho a, por exemplo, dentro do seu grupo parlamentar e em serviços de apoio ao seu grupo parlamentar, recolher dados de alguns epítetos com que tem sido brindado o Sr. Presidente do Governo. Aí vamos ver quem maltrata quem.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Disse e repito: desde 99 até 2003 não veio um escudo do Orçamento de Estado para a reconstrução.

Deputado Dionísio Sousa (PS): Veio do Governo da República!

O Orador: Os senhores tiveram dois anos de Governo da República do PS e não tugeram nem mugiram ao longo desse tempo.

Deputado Bento Barcelos (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Se veio todo esse dinheiro que o senhor disse, por que é que, como diz o relatório do Tribunal de Contas e os sinistrados e as empresas constataram, haviam dívidas em atraso? Por que é que haviam pagamentos em atraso? Por que é que o processo não estava a andar bem? Por que é que haviam problemas financeiros?

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu já lhe respondo!

O Orador: Havendo, como os havia, as pessoas reconheciam, embora os senhores não o quisessem reconhecer e o Tribunal de Contas veio trazer ao de cima, por que é que os senhores nunca falaram?

Os senhores preferiam esconder os problemas financeiros que tinham, preferiam esconder os problemas que isso causava aos sinistrados para não abrirem a boca contra o Governo da República durante dois anos, que era vosso e que não mandou um escudo do Orçamento de Estado para o processo da reconstrução.

Deputado Paulo Messias (PS): Não apoiado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Foram milhões!

O Orador: Os senhores recordam-se do contexto em que nós tivemos uma das primeiras discussões aqui?

O Governo tinha acabado de ir à Comissão do Sismo dizer que tinha um buraco de 17 milhões de contos.

Sobre questões financeiras da reconstrução e outras sem serem financeiras, nós perguntámos por escrito, questionámos na Comissão e fizemos o mais vasto esforço para tentar obter resposta. Nunca fomos esclarecidos em relação a muitas delas.

Por que é que só na altura é que descobriram esse buraco?

Sem sabermos por que é que tinha aparecido aquele buraco e quanto é que ia custar, não sabíamos o que é que ia ser preciso.

Quando o Governo disse quanto é que ia ser, obviamente que o Governo da República – e não fez mais do que a sua obrigação – disse que iria garantir 60% do que faltava. Muito bem, quanto a isso estamos esclarecidos.

Para terminar, Sr. Deputado, eu não sei a que é que o senhor se refere quando fala de epítetos...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sabe, então não sabe?

O Orador: ... ao Sr. Presidente do Governo.

Sei de alguns que chamam aos deputados e ao líder da oposição. Inclusivamente, sei que os senhores têm muitos mais meios, os mais vastos e alguns até estranhos, para fazer divulgar essas vossas mensagens.

Quanto a isto não nos vamos armar em santinhos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Quem se armou primeiro em santinho foi o senhor, não fui eu!

O Orador: Não. Eu vim aqui expor o meu caso, porque fui de certa forma maltratado aqui dentro. É verdade e já o provei.

Quanto a questões na sequência num debate mais acalorado ou menos acalorado, aqui dentro ou lá fora, é perfeitamente normal, mas o senhor tem que reconhecer que tem muitos mais meios para o fazer do que nós e usam-nos.

Portanto, não vale a pena estarmos aqui com essas questões. Inclusivamente já houve acusações bem graves em relação a pessoas do PSD que, para além da sua vida pessoal, tinham problemas de saúde e eu coíbo-me de referir mais.

Em relação a isso, a esta natural agressividade, algumas vezes um pouco radical do nosso discurso, eu remeto-o para umas verdadeiras pérolas de agressividade e de veneno, ou seja, os artigos do então mestre José Contente antes das eleições de 96. São uns verdadeiros tratados de mal dizer.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas brevíssimas notas.

A primeira para agradecer ao Sr. Deputado Costa Pereira por ter referido o momento em que o prazo para a reconstrução iria ocorrer. Se eu retive bem, terá sido por 26 de Julho de 98. Penso que acrescentou que seria 3 a 4 anos.

Eu registo o rigor com que se utiliza a primeira parte do prazo, isto é, 3 anos, que somados aos 98 é que dá 2001 e não os 4 que daria 2002.

Estamos a falar de Julho. Querendo brincar com as coisas, podemos vir para Janeiro ou para Dezembro.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Que diferença!

O Orador: Faz diferença, mas aprecio sempre o rigor quando é aqui utilizado para menos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E quando é para mais também!

O Orador: Exacto. Viu-se na transferência de verba deste ano do Governo da República para os Açores

Quanto ao Sr. Deputado José Decq Mota, é de praxe, quando vem uma a amaciar, vem outra a doer. Eu, com o devido respeito, registo a sua avaliação. Não esperaria nunca que ela fosse coincidente com a avaliação que eu faço nem com aquela que os meus camaradas, os meus eleitores, fazem.

E por aqui me fico.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Apenas para concluir este debate, da parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em relação à declaração política do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Em primeiro lugar, o facto de ter constituído uma tentativa trazer para a discussão o relatório do Tribunal de Contas. Foi uma tentativa que falhou e o que resultou deste nosso debate foi mais uma vez a incapacidade política do PSD e do PP se

confrontarem com aquilo que foi um clamoroso erro do Governo da República e que já constataram e reconheceram.

Em segundo lugar, por aquilo que pudemos assistir das intervenções aqui proferidas, o Partido Socialista e o Governo Regional estão conscientes, de boa fé e prontos para esclarecer tudo aquilo que é necessário esclarecer.

Não consideramos necessário fazer qualquer apelo a órgãos de soberania para que cumpram a sua função, porque entendemos que esses órgãos de soberania são perfeitamente capazes de assim decidir.

É nossa concepção de funcionamento destas coisas que não é necessário que o partido político A, B ou a Assembleia exortem outros órgãos a cumprir o seu papel.

Em terceiro lugar, foi também patente a falta de seriedade...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Outra vez?

O Orador: ... de algumas intervenções que aqui foram feitas, tentando enveredar pelas meias palavras, ocultando consciente ou inconscientemente – dê-se o benefício da dúvida.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isto agora é a fase regimental do zoom!

O Orador: Não sei se o Sr. Deputado Clélio Meneses quer participar no debate?

Aliás, honra lhe seja feita é especialista especialmente em termos de mau gosto.

Falava eu da falta de seriedade de algumas das declarações que aqui foram feitas.

Refira-se, por exemplo, o facto de se querer pôr na boca do Presidente do Governo algo que ele não disse e por essa via criticando.

Foi, sobretudo, patente que PSD e PP esquivam-se e querem fugir do debate político à volta desta questão, porque é o debate político à volta desta questão que torna patente as fragilidades desses partidos.

A falta de habilidade e de capacidade para, politicamente, encarar o processo da reconstrução com a complexidade que ele tem, conduziu, em última instância, a que politicamente mais uma vez seja o PSD e o PP aqueles que têm razões para se envergonhar da sua participação neste processo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Fase regimental da avaliação!

O Orador: Isso já não é aparte. É má educação para me interromper.

Por último, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista continua nesta questão com a consciência perfeitamente clara da dimensão da tarefa que está presente.

Continua consciente de que em relação a aspectos administrativos da mesma, poderá ser necessário melhorar alguns, poderá ser necessário ter alguns cuidados.

Continua aberto a analisar, conforme foi patente, a debater esta matéria e está, sem sombra de qualquer dúvida, orgulhoso da grandiosa tarefa que tem sido feita até ao momento e que, no que diz respeito a empreitadas de obras públicas, ficará concluída em 2004.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Agricultura e Pescas)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para intervir no debate tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vasco Cordeiro:

Tivemos mais algumas horas a discutir este tema e aquilo que penso que eloquentemente fica no final disto, aliás, transpareceu bem desta última posição do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, é que o PS e o seu Grupo Parlamentar, continuam a dizer o mesmo. Aquilo que o PS e o seu Grupo Parlamentar disseram hoje foi requentado, foi reincidente, foi aquilo que já ouvimos há 4 ou 5 anos, a esta parte, relativamente à reconstrução.

Aquilo que o PSD tem vindo a dizer também segue uma linha de rumo firme, só que há uma pequena diferença, é que o relatório do Tribunal de Contas veio dizer que o nosso discurso, que se mantém igual, é verdadeiro e que o vosso, que também continua igual, é falso. Aí é que está a grande questão.

Os sinistrados que estão desde 1998 com este problema, cada vez mais percebem que podem contar com o Tribunal de Contas, com o PP, com o PCP e com o PSD para tentar resolver os problemas.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E podem contar com o PS!

O Orador: Não podem contar com o Grupo Parlamentar do PS nem com o PS. Só podem contar para arranjar desculpas para aquilo que não resolvem.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Dentro do pouco tempo que resta, na fase regimental do resumo, como já foi dito, dizer apenas que foi fundamental trazer aqui esta questão, sobretudo porque o Partido Socialista teve duas hipóteses:

A primeira foi fugir, dizendo que não havia ilegalidades, havia sim irregularidades.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Nem o Tribunal de Contas diz ilegalidade!

O Orador: De facto, não sendo fácil essa questão, porque o Tribunal de Contas diz,...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não diz!

O Orador: ... na página 108, que há violação de normas referentes à função de despesas, e diz que há autores dessas mesmas infracções, porque o Tribunal de Contas até diz os seus nomes, alega, preceito a preceito, aqueles que são violados, o que esteve em discussão foi a violação ou não das normas que o Governo Regional devia seguir. Os senhores fugiram por aí, mas não conseguiram.

Segunda fuga: os senhores fugiram discutindo se havia muito ou pouco dinheiro. Houve um ano que houve pouco dinheiro. Os senhores no tempo do vosso governo não falaram, mas nós fomos à tribuna e dissemos que deveria vir mais e, felizmente, hoje já vem.

É por isso mesmo que nessa matéria temos a consciência tranquila. É por isso mesmo que, ao contrário dos senhores que tiveram calados, dissemos que independentemente de haver irregularidade ou não num determinado despacho, era necessário que a Região recebesse tudo aquilo que bem precisava,

independentemente de no início terem dito que aquele dinheiro era o suficiente, mas o que esteve em discussão não foi saber se era muito ou pouco dinheiro, mas se os senhores sabiam gerir ou não o dinheiro que tiveram. Se com o pouco dinheiro fizeram isso, o que seria, o que será e oxalá que não venha a ser, cada vez que a Região receba mais dinheiro.

Fogem da discussão, daquilo que é o comprimento que dão às normas legais, dizendo que tiveram pouco. Mesmo com pouco fizeram tudo isso. O que seria se houvesse mais? Quanto mais tiverem mais irregularidades farão.

Fugiram duas vezes, mas aquilo que aqui trouxemos ficou bem comprovado e não é fugindo que demonstraram coisa alguma.

Aos olhos dos açorianos, com certeza que está bem patente que, política e juridicamente, houve um órgão superior que trouxe as infracções que foram cometidas.

Qual é o infractor? – Pergunta o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Não vale a pena essa questão sair da Assembleia.

Qual é aquele que pode vir a ser arguido e que algum dia vai dizer: “Força! força! Recorram aos tribunais!”?

Com certeza, quando somos culpados, não há razões, não há motivos para mais nada. Tudo isso está resolvido por aqui.

V. Exa. disse aqui que não vale a pena mais ninguém agir sobre isso. Nós dizemos o contrário: se há ilegalidades é preciso continuar.

Infelizmente fugiram duas vezes, mas numa parte assumiram aquilo que os infractores costumam dizer: ao menos no futuro corrigiremos aquilo que correr mal.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero pedir desculpa à câmara, porque efectivamente pensava que era a minha última intervenção neste debate, mas o Sr. Deputado Paulo Gusmão aproveitou o fim do debate e resolveu lançar novos dados.

O Sr. Deputado percebeu mal e concedo-lhe o benefício da dúvida de ter percebido mal, algumas coisas daquilo que eu disse.

Eu não disse que não valia a pena isso sair daqui, bem pelo contrário.

Deputado Paulo Gusmão (PP): “Não é caso para recorrer a outros órgãos!”

O Orador: Não senhor, eu não disse isso. Pelo amor de Deus. O senhor, conscientemente, sabe que eu não disse. Está a mentir.

Eu disse que não estava na prática do PS ter que exortar ou sugerir a outros órgãos em que actua, porque entende que esses órgãos actuam sobre si.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Tal como nós!

O Orador: Então, eu não disse aquilo que o Sr. Deputado Paulo Gusmão está a dizer, que é completamente diferente. O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro ouviu bem aquilo que eu disse.

Em segundo lugar, para quem faz uma intervenção política, o senhor só falou no final.

Se tinha tanto fulgor, tantas questões, tanto vigor em colocá-las, tivesse falado mais cedo para nós podermos debater.

Há aí um conjunto de imprecisões que, em respeito pela Câmara, não está na altura de avançar mais com o debate.

Eu não quero dizer que não foi sério da sua parte. Terá sido é pouco cuidado, porque o debate fez-se ao longo de todo este período.

Guardar para o final, depois dos outros partidos terem encerrado os seus debates, as suas intervenções...

Deputado Paulo Gusmão (PP): Responda ao que eu disse. Não ande à roda!

O Orador: Sr. Deputado, se tivesse acordado mais cedo, tivesse lido os documentos, tivesse vindo ao debate para debater como homenzinho que é, fazer uma intervenção como o senhor fez agora no final,...

Deputado Paulo Gusmão (PP): Responda ao que eu disse!

O Orador: ... nos termos em que o senhor fez, só desprestigia a intervenção política que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro fez.

Em relação a respostas estamos conversados. Tivesse acordado mais cedo e tivesse debatido.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Não havendo mais inscrições para este debate, vamos fazer um intervalo de 30 minutos.

Retomamos os trabalhos às 18 horas.

(Eram 17 horas e 30 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 15 minutos)

Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

A Lei Fundamental do País interessa a todos e está em debate na actualidade política nacional.

A Constituição da República Portuguesa interessa à Autonomia e, por isso mesmo, nesta particularidade, interessa especialmente aos açorianos.

Estão já decorridos cinco anos desde a última revisão ordinária da Constituição. Estamos assim em tempo de revisão constitucional.

O PSD/Açores considera oportuna e necessária a revisão da Constituição da República Portuguesa, que também deve assegurar o reforço da Autonomia Política da Região Autónoma dos Açores, num quadro evolutivo, tendo em conta as mudanças ocorridas na sociedade portuguesa deste 1976 – data da aprovação da Constituição da República Portuguesa – e a evolução do processo de integração e aprofundamento institucional em curso na União Europeia.

Numa Europa de Estados e de Regiões, a devolução de poderes às Regiões, a clarificação das suas competências no quadro nacional e no âmbito comunitário é a única via para que os poderes regionais sejam eficazes, possam legislar em favor dos

povos insulares e disponham de meios para salvaguardar as suas especificidades na União Europeia.

A construção da União Europeia em que Portugal e os Açores estão empenhados é um processo que só dará frutos no plano nacional se a repartição de competências entre o Estado e as Regiões Autónomas se fizer no respeito pelo princípio da subsidiariedade, inscrito no artigo 6º da Constituição.

“A Constituição não desempenha uma função performativa da Autonomia, é a Autonomia que se lhe impõe, nesta necessidade de levar à correspondência, norma e realidade.” (Professora Doutora Assunção Esteves)

O PSD foi decisivo na instituição constitucional da Autonomia Político-Administrativa dos Açores e da Madeira e sempre assumiu especial protagonismo na defesa da sua consolidação, como um verdadeiro desígnio nacional.

No âmbito da próxima revisão constitucional, o PSD/Açores afirma, como sempre afirmou, o seu maior empenhamento para assumir, protagonismo central na defesa, para os Açores, de uma Autonomia Política dinâmica, que hoje a nossa experiência político-constitucional e a evolução da sociedade açoriana recomendam.

O PSD/Açores reafirma, hoje, como sempre fez, o seu empenhamento na promoção de um amplo consenso regional para uma visão açoriana sobre a próxima revisão constitucional, nas matérias relacionadas com o futuro da Autonomia Política dos Açores.

As propostas do PSD/Açores para a revisão constitucional, assumem, como inequívoca prioridade, a clarificação e o reforço dos poderes legislativos da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Entre muitas propostas, já sob a forma de articulado e apoiadas pela Direcção Nacional do PSD, destacamos:

i) O PSD/Açores propõe a eliminação dos conceitos constitucionais de “lei geral da República” e de “interesse específico regional.

ii) O PSD/Açores propõe – e permito-me sublinhar esta componente – para o Parlamento dos Açores, competência legislativa regional concorrencial com o

Estado, em todas as matérias que não estejam reservadas à competência própria dos órgãos de soberania.

iii) O PSD/Açores propõe o reforço de competências legislativas através de novas reservas de iniciativa legislativa: revisão da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores e revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, à semelhança do que actualmente acontece com a reserva de iniciativa estatutária.

iv) O PSD/Açores propõe a eliminação da norma constitucional de dissolução dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas por prática de actos graves contrários à Constituição, e, em sua substituição, prevê a previsão de dissolução da Assembleia Legislativa Regional nos mesmos termos em que está constitucionalmente prevista a dissolução da Assembleia da República.

v) O PSD/Açores defende hoje, como sempre defendeu, a extinção do cargo de Ministro da República.

O PSD/Açores assinala, agora, o facto de outros partidos políticos terem recentemente mudado de opinião, passando agora a acompanhar o PSD nesta reivindicação.

Deputados Joaquim Machado e Mark Marques (PSD): Muito bem!

O Orador: Num quadro de extinção desta figura, as suas competências políticas e no processo legislativo regional devem ser transferidas para o Presidente da República, que é o garante da unidade nacional.

No domínio das leis eleitorais, o PSD/Açores preconiza desde logo um procedimento que, a partir dos Açores, promova uma plataforma de entendimento entre os Partidos Políticos na Região, para uma alteração à lei eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional, que respeite a ilha como realidade política no nosso sistema eleitoral e permita aperfeiçoamentos na proporcionalidade.

Esta é também uma matéria estruturante no quadro democrático e autonómico dos Açores.

O entendimento e o consenso nos Açores para esta alteração é essencial, para que seja estável, justa, equilibrada e aceite pelos açorianos, respeitada a sua pluralidade política e partidária.

Não pode nem deve ser um processo unilateral, feito à medida de uns para prejuízo dos outros.

As regras devem ser justas e a sua alteração promovida com a participação de todos e a partir dos Açores.

Uma matéria que nos diz directamente respeito deve ser tratada primeiro por nós.

Unanimemente já todos os Partidos Políticos defenderam mesmo que na próxima revisão constitucional deve ser criada uma reserva de competência legislativa nesta matéria para a Assembleia Legislativa Regional.

Isto é, por outras palavras, todos concordaram com uma alteração constitucional que assegure que as alterações à lei eleitoral dos Açores, sendo embora da competência da Assembleia da República, só possam ser feitas por iniciativa da Assembleia Legislativa Regional.

No domínio das leis eleitorais o PSD defende a criação dum círculo eleitoral próprio para cada uma das Regiões Autónomas nas eleições para o Parlamento Europeu, como forma de acautelar a salvaguarda dos interesses específicos dos Açores e da Madeira e assegurar a desejável representação institucional das únicas regiões do país que dispõem de poderes político e legislativo próprio.

Inesperadamente, veio agora o Partido Socialista, também ele, fazer a defesa da necessidade de uma revisão constitucional que aprofunde e reforce os poderes da nossa Autonomia Política.

Registamos, com especial agrado, esta mudança estratégica dos socialistas. Na verdade nada o fazia prever. Há dois anos e meio atrás o Partido Socialista pensava e defendia exactamente o contrário.

Em Novembro, na data e na cerimónia de posse do VIII Governo da Região Autónoma dos Açores, Carlos César afirmava, com especial solenidade, o seguinte:

“Não assumimos, como necessidade, e muito menos como prioridade, um aumento geral de competências para as autonomias regionais, e também muito menos, uma desconfiguração do actual modelo constitucional.”

É por isso que hoje não se pode deixar de considerar caricata a afirmação do Partido Socialista, feita na sua declaração política, ontem aqui produzida, de que **“É tempo**

de deixarmos de remendar e usarmos tecido novo!” ou ainda de que **“É, por isso, que o Partido Socialista reclama como seu o projecto das autonomias regionais dos Açores e da Madeira”**.

É, aliás, com tristeza que observamos estas afirmações pueris e fúteis.

Anunciam e encenam uma vontade de revisão constitucional, mas recorrem a modelos de mediatização pomposos apenas pelo protagonismo partidário.

Deputados Clélio Meneses e Luís Medeiros (PSD): Muito bem!

O Orador: Anunciam vontade de revisão constitucional, mas actuam arriscando a impossibilidade de consensos.

A verdade é que é necessária uma maioria de dois terços dos Deputados da Assembleia da República para aprovar uma revisão constitucional.

Avisado é que, quem quer verdadeiramente uma revisão constitucional, comece primeiro por promover consensos, em vez de enveredar por protagonismos ou falsas apropriações da Autonomia Política dos Açores.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Muito bem!

O Orador: Os obreiros e agentes da Autonomia são os açorianos e não é o Partido Socialista que ontem infantilmente reclamou a Autonomia para si.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Rejeitamos e repudiamos esta atitude.

Negamos, repondo a verdade, a apressada avaliação socialista de que o PSD está a reboque do Partido Socialista.

A verdade é que o Partido Socialista anunciou no Parlamento regional e apresentou à comunicação social um articulado com propostas para a revisão constitucional.

Na verdade o PS não tomou com isso, nenhuma iniciativa de revisão constitucional.

No entanto, o que o Partido Socialista parece estar a arriscar é um conflito no processo de revisão constitucional, avançando com a ideia de uma revisão constitucional a dois tempos. O PS não quer uma revisão constitucional. Quer fazer de conta que quer. Se quisesse, procurava consensos aqui nesta Casa, antes de se por em bicos de pés, na ânsia de teatralizar os protagonismos.

O PS mudou de ideias, e vem agora ao encontro da visão dinâmica que o PSD tem da Autonomia, uma visão que lhe dá a característica de processo dinâmico e evolutivo.

Uma aproximação que o PS faz a uma série de propostas antigas do PSD.

????????????????????????????

Mas registamos: o PS mudou de ideias e vem agora ao encontro desta visão que o PSD sempre defendeu, uma Autonomia dinâmica, uma aproximação, todavia, embora ainda tímida, como se pode observar nas suas concretas propostas, só agora conhecidas. Mas aproxima-se, e, por isso, mas só por isso, saudamos o PS.

Repudiamos, no entanto, a sua fútil autoprocamação de donos da Autonomia.

Confirmamos a nossa disponibilidade, o nosso interesse, a importância para os Açores e para Autonomia na consensualização de uma visão açoriana para o evoluir constitucional da Autonomia dos Açores.

Tenho dito.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do Deputado Alvarino Pinheiro)

Presidente: Para intervir no debate, tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Nos meus três minutos, queria usar com claro rigor a figura regimental que recorreremos neste debate, que é o pedido de esclarecimento.

Não queria comentar uma intervenção que se repartiu entre saudações e repúdios; não queria fazer uma análise geral de um conjunto de propostas – e reconheço que a maior parte são públicas e conhecidas há algum tempo; não queria muito menos manifestar posição sobre elas ou compará-las com outras que são conhecidas, mas

queria pedir um esclarecimento, porque ficou obscuro na intervenção do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Nós sabemos qual a posição do PSD/Açores em relação à extinção do cargo de Ministro da República.

Nós sabemos que o Presidente do PSD defendeu essa posição quando se tratou na última campanha eleitoral.

O PSD/Açores e o PSD nacional defendem a extinção do cargo de Ministro da República. O PSD/Açores defende que as funções políticas exercidas, hoje, pelo Ministro da República, passem a ser exercidas directamente pelo Presidente da República. O que defende o PSD nacional sobre isto?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria, em primeiro lugar e em jeito de apreciação à declaração política do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, onde procurou e analisou alguns aspectos da proposta concreta que o Partido Socialista tornou pública, de fazer um desabafo. Não era exactamente isso que eu estava a pensar quando dizia que estávamos prontos para o debate sobre a nossa proposta. Não era analisar a proposta do PS através de declarações políticas, mas através do diálogo.

De qualquer das formas agradeço-lhe o facto de ter dedicado quase 50% da sua intervenção à proposta de revisão constitucional do Partido Socialista.

Eu gostava de salientar dois aspectos que me parecem importantes ter em conta.

Em primeiro lugar, a questão de falsas apropriações. Eu ontem tive o cuidado, na minha declaração política, de dizer que – e passo a citar – “é por isso que reclamamos este projecto autonómico como um desígnio socialista, não com a arrogância de quem se julga o único defensor dos Açores, o pai, ou o proprietário das autonomias, mas com a consciência clara de quem conhece o seu incontornável papel na história e desenvolvimento do processo autonómico.”

Portanto, gostava de clarificar que não somos os únicos, mas que o Partido Socialista é defensor das autonomias, que as autonomias são um desígnio que o Partido Socialista encara como seu e que trabalha para o realizar.

Foi isso que eu quis salientar e julgo que fica esclarecida a questão das falsas apropriações. Não são falsas, porque nem sequer foram apropriações.

Em segundo lugar, devo confessar, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, com tanta vontade de consenso, a adjectivação e os epítetos com que brindou a minha declaração política, não são propriamente tributários desse entendimento.

Não foi pueril, nem infantil. Terá sido jovem ou nova, pelo menos dada a gravidade da matéria que estamos a falar.

Terceira questão: revisão a dois tempos.

Há um aspecto aqui que é importante clarificar, é que o PS não desencadeia formalmente o processo de revisão constitucional, exactamente porque espera uma resposta da parte dos outros partidos.

Das duas uma: por um lado, o senhor fez várias referências à União Europeia. É natural, uma vez aprovada a Constituição Europeia, que seja necessário fazer uma alteração da nossa Constituição. Uma aprovação da Constituição Europeia só ocorrerá em Março, Abril ou Maio do próximo ano.

Por outro lado, temos a realidade de querermos que o sistema eleitoral regional se desencadeie num quadro legal, estabilizado e credível sobre o qual não suscitem quaisquer dúvidas do ponto de vista constitucional e de mérito da solução.

Há aqui duas necessidades opostas. Se nós nos guiamos para fazer uma revisão constitucional única, isso implica que esperemos pela CIG e pela aprovação da Constituição Europeia.

Por outro lado, temos a necessidade, e nós sentimos particularmente, de resolver o problema do sistema eleitoral das Regiões Autónomas.

Conforme bem sabemos, não é possível resolver o problema do sistema eleitoral sem uma revisão constitucional.

É um dos aspectos sobre os quais – e eu esperava que na sua declaração política expressasse esse entendimento – gostaríamos de saber qual a posição do PSD/Açores sobre esta questão.

São interesses opostos que interessa resolver.

Não é seguramente, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, fazer de conta que é uma revisão constitucional. A nossa ideia não é essa e tanto não é que pusemos cá fora o nosso articulado e estamos aptos a debater e estamos empenhados em procurar um consenso.

Se calhar temos uma diferença de entendimento em relação a esta matéria.

O Sr. Deputado certamente compreende, e foi espelho disso a sua declaração política, que há matérias que estão consensualizadas com o PSD nacional e há outras em que ainda não foi possível obter consenso.

O Partido Socialista tem, do ponto de vista de revisão constitucional das Regiões Autónomas, as matérias consensualizadas com o PS nacional.

Eu fiz questão de salientar que nos apresentamos aqui com aquela que é uma proposta do PS nacional em relação à revisão constitucional.

Eu não estou a dizer que a vossa metodologia é pior ou melhor do que a nossa. Estou apenas a dizer que ambas as metodologias são possíveis e certamente reconhecerão isso.

Eu descontro alguns dos epítetos com que me brindou, porque me parece que o essencial não é isso. O essencial, em relação a algumas das propostas que ali foram apresentadas, é saber claramente em que nos posicionamos, sobretudo em termos do processo e esta é uma via que ainda não está esclarecida, porque é óbvio que o PS não podia desencadear o processo. Há aqui questões de calendário e de método em tudo isto que interessa esclarecer com os outros partidos.

Por último, eu gostava de chamar a atenção da câmara para esta acusação que nos é feita de, apressadamente, querermos resolver a questão constitucional.

Gostava de chamar a atenção da câmara para o facto de, em 9 de Abril deste ano, o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro ter assinado, pela Comissão Política Regional do PSD, um comunicado tão simples quanto isto: propostas do PSD para uma revisão constitucional. Isso não foi entendido como condicionar o debate, não foi entendido como arriscar o debate. Foi entendido, pelo menos da nossa parte, como um contributo para o debate suscitado à volta dessa matéria.

Os senhores entenderam fazer um comunicado a avançar algumas questões. Não foi por causa disso que considerámos que o debate estava arriscado.

Nós avançamos já com algumas soluções que estão consensualizadas com o PS nacional.

Portanto, é este o sentido e se alguém desencadeou o ponta-pé de saída no sentido de fazer perigar este processo, não fomos seguramente nós.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Uma primeira nota para esclarecer que o PSD, tendo em conta a interpretação regimental, sentiu necessidade de, na sua declaração política, esclarecer os seus pontos de vista, em relação ao debate ocorrido ontem após a declaração política apresentada pelo Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Apresentámos ao Parlamento as nossas propostas concretas para uma revisão constitucional, no sentido do reforço e do aumento dos poderes legislativos da Assembleia Regional.

Creio que no enquadramento desta matéria demonstrámos propostas concretas e apresentámos propostas conhecidas publicamente, como foi demonstrado desde o início deste ano através dos comunicados que o PSD tem feito sobre essa matéria.

Portanto, não faz sentido, como ontem se reclamava, dizer que foi o Partido Socialista o primeiro a apresentar.

Hoje, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro acabou por reconhecer que, afinal, o PSD já tinha apresentado propostas para uma revisão constitucional, em comunicado apresentado por mim, fruto de reuniões da Comissão Política Regional.

Creio que era indispensável esclarecer esta primeira nota, porque a mensagem que queria passar era de que o PSD andava a reboque e isso é uma injustiça.

A segunda nota é para consolidar a ideia de que o PSD está empenhado em obter consenso nas propostas de revisão constitucional que transmitam uma visão açoriana, mais do que partidária, para apresentar no plano nacional.

A nossa primeira preocupação é definir nos Açores a ambição dos açorianos para a Autonomia e depois negociá-la em termos partidários.

É esta a visão que nós temos, uma visão que deve ser construída pelos Açores e pelos açorianos para o reforço da Autonomia.

O nosso comportamento desde o início deste ano, confirmou-se nas nossas reuniões, nos grupos de trabalho e finalmente na apresentação das nossas propostas.

Não nos preocupamos, em primeiro lugar, como fez o Partido Socialista, em consensualizar com a estrutura nacional do partido. Preocupamo-nos primeiro em consensualizar nos Açores a tal visão açoriana – repito, não me canso de anunciar nestes termos – para o evoluir constitucional da autonomia político-administrativa da nossa região.

É esta a primeira diferença de atitude e de visão das questões autonómicas.

O Partido Socialista demonstrou, no início deste mandato, com clareza, que não achava necessário o aumento geral de competências da autonomia. Razão porque quis demonstrar que não estávamos falando gratuitamente, quando ontem dizíamos que nos surpreendia a alteração estratégica do Partido Socialista e a sua mudança de ideias. Por causa disso ou sobretudo por causa disso, saudávamos essa aproximação à perspectiva Social Democrata.

Quanto às propostas concretas, o PSD tem uma visão que rompe, em matéria de competência legislativa, com o quadro de limitações várias em que hoje nos movemos, sobretudo introduzido por dois conceitos limitadores do poder legislativo: o interesse específico e o conceito de Lei Geral da República.

Não o fazemos substituindo a sua previsão na Constituição para o Estatuto, como faz o Partido Socialista naquelas propostas que ontem tive oportunidade de conhecer e que já tenho em minha posse.

Conhecidas concretamente as propostas e havendo vontade para consensualizar a tal visão açoriana da revisão constitucional, propomos que nos sentemos todos à mesa para que possamos avaliar esta diferença quanto ao reforço das competências legislativas.

Entendemos que ela tem a ver com uma competência legislativa concorrencial com o Estado nas matérias que não estão reservadas aos órgãos de soberania. Há aqui uma

grande diferença e um rompimento com as tais limitações que ainda hoje subsistem para o poder legislativo da Assembleia Legislativa Regional.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Quanto à questão levantada pelo Sr. Deputado Decq Mota, o PSD tem a clara noção de que esta é uma matéria complexa, mas não deixa de ter a sua ambição e apresenta-a com a convicção de que não faz sentido a existência do cargo de Ministro da República. As suas competências podem muito bem ser assumidas pelo Presidente da República.

Temos conhecimento de que o PSD/Madeira tem uma visão diferente. Aliás, já apresentou e aprovou propostas concretas, tendo em conta a visão madeirense, do que deve ser a revisão e o evoluir constitucional da autonomia político-administrativa da Madeira.

Há aqui, nós afirmamos isso com orgulho, uma visão própria do PSD/Açores quanto ao evoluir constitucional da autonomia. É óbvio que depois tudo isso entra em processo negocial para que se assegure, desde logo, a maioria de dois terços.

Já sabemos que, por exemplo, o Partido Socialista sempre mostrou resistência à extinção do cargo de Ministro da República, e quer agora alguma figura que, exercendo competências semelhantes, se mantenha.

Portanto, há aqui uma diferença e nós afirmamos, com ambição e orgulho, a nossa diferença, o nosso querer autonómico.

Por outro lado, queria dizer ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro que os epítetos e as referências foram feitos em relação às afirmações e nunca ao autor. Achei que a invocação de que o projecto autonómico é do Partido Socialista não faz qualquer sentido. É fútil neste debate e nesta apresentação de propostas concretas para uma revisão constitucional.

Por outro lado, fica por esclarecer por parte do Sr. Deputado qual é – e eu já li as propostas concretas do Partido Socialista – o quadro legal transparente e claro que depende da revisão constitucional para a Lei Eleitoral.

Não percebi muito bem esta necessidade e o que está em causa, porque o que ficou acordado em sede de Comissão desta Assembleia, foi que seria esta Comissão a

apresentar – e foi proposto pelo Partido Socialista – uma solução para a Lei Eleitoral e que o ideal seria fazer isso na primeira metade da legislatura. Depois, faria o acompanhamento da revisão constitucional tendo em conta algumas situações que se pretendiam e entre elas está aquela que eu anunciei, a da reserva de iniciativa legislativa para a Assembleia Regional nas alterações da Lei Eleitoral.

Ficou claro que isso está dependente da revisão constitucional. Esta dependência inviabilizou, na primeira metade da legislatura como propunha o PSD, a alteração da Lei Eleitoral. Para nós a alteração de regras só faz sentido na primeira parte da legislatura.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estou a usar alguma margem de liberdade no que respeita ao tempo que os Srs. Deputados estão a usar para que o debate e os esclarecimentos possam fluir. De qualquer maneira chamava a vossa atenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, em relação à intervenção do Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, eu gostava de esclarecer um ponto: não me parece que seja leal entrarmos na discussão daquelas que são as propostas concretas do PS sem termos, pelo menos, igual contributo por parte do PSD e dos outros partidos. Portanto, por esse caminho eu não queria alargar a discussão. Esta discussão não se deve fazer assim.

Ontem, tive oportunidade, na minha declaração política, de referir que nós estamos prontos a dialogar e a debater as propostas, logo que surjam propostas concretas sobre a revisão constitucional.

Sobre essa matéria, aquilo que eu disse foi que o Partido Socialista foi o primeiro a apresentar uma proposta concreta. Não disse que tinha sido o primeiro a falar na revisão constitucional. Se o tivesse dito ontem não faria sentido ter feito referência hoje ao vosso comunicado.

Em relação à questão do método seguido pelo Partido Socialista, gostava de dizer que o Partido Social Democrata apresentou aqui um conjunto de posições. Algumas delas compreensivelmente, conforme já disse, podem não estar devidamente debatidas e consensualizadas com o PSD/nacional. O mesmo aconteceu com o PS. Houve um conjunto de matérias que demoraram um certo tempo, conforme certamente compreendem, a serem consensualizadas com o Partido Socialista nacional, mas ao menos neste momento nós temos uma posição concreta e consolidada em relação a posições do Partido Socialista e isto, no nosso entendimento, facilitará o nosso trabalho, porque temos já um quadro que nos permite discutir e que sabemos que corresponde também à posição do Partido Socialista a nível nacional.

Por último, eu gostava de chamar a atenção para o seguinte: em relação à Comissão de Revisão do Sistema Eleitoral, parece-me que é perfeitamente claro, e ontem também tive a oportunidade de o manifestar na minha declaração política, o compromisso político que o PS continua a considerar como válido.

Há aqui uma questão que importa ser respondida. Nós consideramos que o que está em causa neste momento é se nós queremos ou não que o próximo acto eleitoral regional decorra com um sistema eleitoral em que não suscitem quaisquer dúvidas quanto à sua constitucionalidade e quanto ao mérito de conciliação do voto popular com a atribuição de mandatos.

Por que é que isso não é feito na primeira metade da legislatura?

Não é feito na primeira metade da legislatura, porque se constatou que era necessária uma revisão constitucional.

Na primeira metade da legislatura o senhor acredita que seria possível fazer uma revisão constitucional extraordinária apenas sobre essa matéria?

Não era possível.

Deputado Humberto Melo (PSD): Não era preciso?

O Orador: Era preciso. A Comissão chegou a essa conclusão.

Não se pode mexer no Estatuto que é inconstitucional. Temos os pareceres que certamente todos conhecem e que apontam neste sentido e temos, sobretudo, uma

decisão, por unanimidade, da Comissão de Revisão do Sistema Eleitoral que vai neste sentido.

Aquilo que nós pretendemos é alterar isso. Há aqui um problema de forma que diz respeito à inclusão desta matéria nos Estatutos e a tudo aquilo que se refere ao sistema eleitoral, com uma reserva de competência absoluta da Assembleia da República que não é compaginável com a reserva de iniciativa da Assembleia Legislativa Regional, presentemente, nesta matéria.

Aquilo que vejo que o próprio PSD também defende – aliás, vem na sequência dos trabalhos da Comissão, portanto não estou a dar novidade nenhuma sobre esta matéria – é a clarificação dessa situação, o que implica uma revisão da Constituição. A questão de timing e de processo colocam-se neste pé.

Nós consideramos que é importante que estas eleições decorram neste quadro.

Eu gostava de salientar aqui um aspecto. Não se caia no erro de dizer, como já li nalguns órgãos de comunicação social, que o PS quer condicionar, por esta via, os resultados eleitorais. Acho foi alguém que não estava no seu perfeito juízo que afirmou uma coisa dessas.

Nós não queremos um sistema eleitoral do Partido Socialista. Nós queremos um sistema eleitoral que sirva a Região e para servir a Região é necessário o contributo do PP, do PCP, do PSD e de outros partidos que possam analisar e debater esta matéria.

Portanto, em relação ao mérito, à solução material de revisão do sistema eleitoral, estamos perfeitamente esclarecidos e elucidados do entendimento do Partido Socialista sobre isso.

Em relação ao processo temos várias ajudas, a primeira das quais é o relatório intercalar da Comissão de Revisão do Sistema Eleitoral que aponta a necessidade de se clarificar, a nível constitucional, estas matérias.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como é sabido, em finais de Junho deste ano, o CDS/PP apresentou genericamente as suas propostas relativamente à revisão constitucional, no que respeita ao capítulo regiões autónomas.

Também é público que, na altura, inclusivamente o líder do Grupo Parlamentar do partido na Assembleia da República, veio publicamente subscrever algumas das nossas sugestões e iniciativas, o que nos foi muito agradável registar, além do grupo parlamentar ter reunido em jornadas parlamentares em Ponta Delgada e ter tratado, reflectido e acompanhado o pensamento do partido nos Açores sobre essa matéria.

Portanto, como é altura de estarmos aqui a recapitularmos os respectivos calendários, nós inscrevemos isso pela época de São João. Portanto, logo no início do Verão.

Queria registar com muito agrado o tom cordial, solidário, manso, cordeiro...

(Risos da Câmara)

...e a necessidade da cooperação de todos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso foi manifestado por todos!

O Orador: Isso foi manifestado ontem, mas com uma agressividade que não convenceu ninguém.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu estava a fazer uma declaração política!

O Orador: Ontem, de cordeiro, não teve nada. Mas hoje, face à declaração política do PSD, manifestou um tom que nos apraz registar. É do nosso agrado e é assim que gostamos, com voz bem perceptível.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, se me permite, nós estamos um bocadinho confusos, mas deve ser problema nosso, porque entre o que foi dito ontem e hoje, gostaríamos de saber:

1º - O que é que os senhores apresentaram na Assembleia da República?

Nós não temos ligação directa com a Assembleia da República em termos de videoconferência. Portanto, nos Açores ainda não sabemos o que é que o PS apresentou na Assembleia da República.

2º- O que é que pretendem e em que é que querem alterar o sistema eleitoral?

3º- Que propostas é que têm, para além daquelas que V. Exa. enumerou aqui?

O PP já apresentou propostas públicas há vários meses.

O PSD e os outros partidos também apresentaram.

O PS fala agora no assunto.

4º- O que é que nós vamos fazer nos Açores com isso?

Teve a simpatia de trazer isso em declaração política. Agora, o que é que vamos fazer?

Nós temos a nossa. A quem é que vamos apresentar?

Os senhores querem saber a quem é que nos vamos dirigir.

Gostaria de saber se vou mandar a nossa proposta para o Deputado José Decq Mota, para o Deputado Bolieiro, para o Deputado Cordeiro ou para o Presidente da Assembleia. Será que vou mandar para o Presidente da Assembleia?

Sobre a revisão do sistema eleitoral, o que é que os senhores pretendem? Que seja constitucional.

Nós andamos há 28 anos nos Açores num regime que tem como base um sistema inconstitucional. Eu estou aflito.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD e PCP)

O que vale é que a comunicação social liga pouco a isso, porque já estamos na hora do jantar.

(Risos da Câmara)

Eu acho que é um drama. As pessoas deram tanto ênfase à questão da declaração política do Partido Socialista sobre esse tema e saímos do Faial nessa ignorância.

Se as pessoas nos perguntarem, eu não sei se já estamos em processo de revisão constitucional, quando é que isso vai ocorrer, o que é que o PS pensa sobre isso.

O PS diz que não abre o jogo, que está à espera que digamos o que é que pensamos. Alguém vai ter que abrir o jogo.

Ontem, pensei que o PS tinha aberto o jogo, que o PS era o campeão da iniciativa, que era um partido corajoso, tinha passado o Verão a estudar esse assunto. Afinal, “a montanha” não resultou pelo menos na revisão do sistema eleitoral.

Sr. Presidente, era este tipo de dúvidas que, se for possível, agradecia ter resposta.

Presidente: *Srs. Deputados, eu também tenho algumas dúvidas que gostaria de esclarecer com as direcções dos grupos parlamentares. Nós já ultrapassámos as 19 horas. O debate está a correr cordeiramente. Há 3 deputados inscritos e eu gostaria de discutir com V. Exas. se prolongamos e por isso agradecia que se abeirassem da Mesa, se fazem favor.*

(Pausa)

Presidente: *Srs. Deputados, decidiu-se suspender este debate que será retomado amanhã.*

*Sendo assim, entraremos no período da ordem do dia, com a continuação da discussão da **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Fundo Regional de Acção Cultural”**.*

Recordo aos Srs. Deputados que esta Proposta de Decreto Legislativo Regional já foi apresentada.

Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): *Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:*

A matéria é pacífica, mas de qualquer maneira eu gostaria de colocar uma questão ao Sr. Secretário Regional na medida que, na altura da discussão na Comissão, não

teria aprofundado, tanto quanto seria necessário, a matéria e, neste momento, tenho uma dúvida e é provável que seja apenas uma dúvida.

A legislação do passado transformou os Serviços de Apoio dos Organismos Juvenis em Casas de Cultura na Horta, em Ponta Delgada e em Angra do Heroísmo.

Pergunto se houve legislação recente que substabelecesse essas Casas de Cultura, porque tenho muito receio de que com esta documentação se elas não foram substabelecidas por outra legislação intermédia, correm o risco de desaparecer.

Esta é a questão que eu gostaria de colocar para ser esclarecido e para ficar bem com a minha consciência.

Presidente: *Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.*

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo Meneses): *Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:*

De facto, esses organismos estão estabelecidos num Decreto Regulamentar Regional cujo título é “Orgânica dos Serviços Externos da Direcção Regional da Cultura.”

Aliás, já estão assim a algumas décadas e essa orgânica foi revista pelo Decreto Regulamentar Regional 18/2000/A – eu não tenho bem a certeza de ser este o número – o mesmo tendo acontecido em relação ao diploma do desporto que também na sua origem esteve o Decreto 10/80/A.

No desporto há um Decreto Regulamentar Regional, cujo título é “Orgânica dos Serviços Externos da Direcção Regional da Educação Física e Desporto”, onde está agora os Serviços de Educação Física e Desporto de cada uma das ilhas e os respectivos parques desportivos das ilhas em que eles existem.

Essa matéria já foi regulamentada.

O Decreto Regulamentar Regional 10/80/A, neste momento, apenas tem em vigor os artigos que se referem especificamente aos fundos.

Os outros que eram de natureza orgânica, creio que logo nos anos 80, 81 e 82 foram revogados e autonomizados em decretos que regulamentavam as Casas da

Cultura, a antiga Casa de Etnografia, hoje Museus de Ilhas, que posteriormente foram todos juntos num único diploma, no caso da cultura, criando os Serviços Externos da Direcção Regional da Cultura e os que se referiam às Delegações de Educação Física, aos parques de desporto e aos serviços de medicina desportiva, foram juntos noutra diploma que hoje é a “Orgânica dos Serviços Externos de Educação Física e Desporto”.

Muito obrigado.

Presidente: *Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.*

Deputado Paulo Valadão (PCP): *Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:*

Gostaria de colocar mais uma questão relacionada com isto.

Esses decretos que o senhor refere estão neste momento em vigor, independentemente dos decretos que foram publicados, concretamente o da orgânica.

Pergunto se a orgânica não revogou esses decretos.

Presidente: *Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.*

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo Meneses): *Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:*

*A orgânica recentemente publicada estabelece num dos seus artigos – eu não os tenho aqui, mas posso citar, embora sem ser *ipsis verbis* – que os serviços externos estão em orgânica própria e que estão em vigor os respectivos diplomas.*

Muito obrigado.

Presidente: *Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.*

Deputado Paulo Valadão (PCP): *Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:*

Para dizer que depois destes esclarecimentos, que agradeço ao Sr. Secretário Regional, nós, tal qual como na Comissão, estamos de acordo com aquilo que está

estatuído, que, no fundo, é a continuação de um fundo que no passado foi implementado através de um Decreto Regulamentar, que agora é implementado através de um Decreto Legislativo e de acordo com aquilo que as normas exigem e que prestou no passado, e esperemos que continue a prestar no futuro, importantes apoios no que diz respeito à cultura da Região Autónoma dos Açores.

Portanto, o nosso voto em relação a esta matéria é favorável.

Presidente: *Não havendo mais intervenções vamos passar à votação na generalidade.*

Os Srs. Deputados que votam a favor, façam o favor de permanecer sentados.

Secretário: *Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional, foi aprovada por unanimidade.*

Presidente: *Srs. Deputados, vamos passar à discussão na especialidade.*

Recordo que há uma proposta de alteração da Comissão no que respeita ao artigo 5º, subscrita pelo Partido Socialista.

Está aberta a discussão para o artigo 1º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): *Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:*

Apenas para sugerir que debatêssemos os 4 primeiros artigos, para os quais não há propostas de alteração.

Presidente: *Com certeza, Sr. Deputado.*

Está à discussão os artigos 1º, 2º, 3º e 4º.

(Pausa)

Não havendo inscrições, passamos à votação.

Os Srs. Deputados que votam a favor, façam o favor de permanecer sentados.

Secretário: *Os artigos 1º, 2º, 3º e 4º foram aprovados por unanimidade.*

Presidente: *Artigo 5º. Para este artigo existe uma proposta de alteração vinda da Comissão e subscrita pelo Partido Socialista.*

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo inscrições, passamos à votação.

Os Srs. Deputados que votam a favor, façam o favor de permanecer sentados.

Secretário: *A proposta de alteração para o artigo 5º foi aprovada por unanimidade.*

Presidente: *Vamos proceder de seguida à votação global do artigo 5º.*

Os Srs. Deputados que votam a favor, façam o favor de permanecer sentados.

Secretário: *O artigo 5º foi aprovado por unanimidade.*

Presidente: *Está aberto o debate para os artigos 6º e 7º.*

(Pausa)

Não havendo intervenções, passamos à votação.

Os Srs. Deputados que votam a favor, façam o favor de permanecer sentados.

Secretário: *Os artigos 5º e 7º foram aprovados por unanimidade.*

Presidente: *Votação final global.*

Os Srs. Deputados que votam a favor desta Proposta de Decreto Legislativo Regional, façam o favor de permanecer sentados.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, em votação final global, por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da ordem de trabalhos: **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão da Proposta de Resolução que “Recomenda ao Governo Regional que passe a submeter ao critério de análise custo-benefício, numa perspectiva de desenvolvimento económico-social dos Açores, as despesas com a propaganda institucional e com festas de inauguração,** apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Popular.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): *Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:*

Como é do conhecimento desta Assembleia, o Grupo Parlamentar do CDS/PP apresenta uma Proposta de Resolução que “Recomenda ao Governo Regional que passe a submeter ao critério de análise custo-benefício, numa perspectiva de desenvolvimento económico-social dos Açores, as despesas com a propaganda institucional e com festas de inauguração”.

Não sendo esta a altura para discussão do conteúdo, esta matéria é do conhecimento de todos. A sua necessidade resulta de factos que são públicos e, sob o nosso ponto de vista, dispensa qualquer apreciação em sede de Comissão já que se trata, apenas e tão só, de uma tomada de posição política por parte desta Assembleia relativamente a posturas e comportamentos que resultam da acção governativa.

É esta a razão para que o Grupo Parlamentar do Partido Popular tenha solicitado a dispensa de exame em comissão e, na mesma sequência, o processo de urgência.

Presidente: *Muito obrigado, Sr. Deputado.*

Para intervir no debate tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Barros.

Deputado Francisco Barros (PS): *Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:*

Apenas para dar conta de que o Grupo Parlamento do Partido Socialista irá votar favoravelmente este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão pelo simples e único facto que, atendendo à temática em questão, estamos claramente em condições de a discutir, embora consideremos que ela é tudo menos urgente e importante.

Muito obrigado.

Presidente: *Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.*

Deputado Paulo Valadão (PCP): *Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:*

Nós vamos votar favoravelmente a urgência, porque essa foi a intenção do proponente aqui manifestada.

De qualquer modo, não veríamos que houvesse mal se esta matéria pudesse vir a ser aprofundada em Comissão, porque seria a oportunidade de se poder verificar, aprofundar e chegar-se a conclusões talvez um pouco mais avançadas do que aquelas que existem na proposta, embora a proposta avance e seja em termos de preâmbulo bastante fundamentada.

De qualquer modo, julgamos que nestas matérias é sempre possível ir um pouco mais.

Há aspectos que julgo que deveriam ser corrigidos e há aspectos que nos devem preocupar. Eu vou citar apenas um caso concreto que a mim me causa repulsa. É ver no mesmo jornal, no mesmo dia e na mesma página, dois anúncios pagos pela administração regional exactamente iguais.

Numa situação destas, penso que está em causa malbaratar, por pouco que seja, alguns euros que são pagos por mim e pelos senhores, através dos nossos impostos.

Eu entendo que esta matéria é importante, esta Assembleia deve tratá-la com seriedade e ela tem toda a oportunidade.

Eu não sei até que ponto é que não poderia ser muito mais aprofundada do que aquilo que se faz apenas no plenário.

De qualquer maneira, em atenção à vontade do proponente, o nosso voto vai ser favorável.

Presidente: *Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Arruda.*

Deputado Manuel Arruda (PSD): *Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:*

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata votará favoravelmente o pedido de urgência do CDS/PP, tendo em conta o seu conteúdo, o qual consideramos perfeitamente escandaloso. Por este motivo há toda a urgência em que possamos discutir este assunto e fundamentalmente esclarecê-lo.

Presidente: *Muito obrigado, Sr. Deputado.*

Vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, façam o favor de permanecer sentados.

Secretário: *O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.*

Presidente: *Passamos à discussão da **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “Fundo Regional do Desporto”**.*

Tem a palavra o Sr. Secretário Álamo Meneses.

Secretário Regional da Educação Cultural (Álamo Meneses): *Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:*

A proposta de Decreto Legislativo Regional, em discussão tem objectivos em tudo semelhantes à do Decreto Legislativo Regional que acabou de ser aprovado em relação ao Fundo Regional do Fomento do Desporto, cuja designação será alterada para Fundo Regional do Desporto.

O que se pretende com esta alteração é adequar este fundo ao novo enquadramento jurídico criado e também clarificar algumas das suas competências e questões relacionadas com a gestão, adequando-o à legislação que sobre a matéria existe.

Muito obrigado.

Presidente: *Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.*

Deputado Paulo Valadão (PCP): *Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.*

Para afirmar o mesmo que dissemos em relação à matéria anterior referente ao Fundo Cultural.

Nós vamos votar favoravelmente a aprovação deste decreto Legislativo Regional.

Consideramos que este Fundo também tem que contribuir para muitos intercâmbios entre jovens, para a implementação do desporto a vários níveis e que aquilo que há a esperar é que o Fundo agora chamado Fundo Regional do Desporto, continue efectivamente a desempenhar as funções do Fundo anterior, com as mesmas características.

Presidente: *Vamos passar à votação.*

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 19/2003, na generalidade, façam o favor de permanecer sentados.

Secretário: *A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.*

Presidente: *Passamos à discussão na especialidade.*

Quero apenas chamar a atenção que existem propostas de alteração da Comissão para os artigos 1º, 4º, 5º e 7º. Essas propostas são subscritas pelo Grupo Parlamentar do PS.

Está aberta a discussão para o artigo 1º.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, permaneçam por favor como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração para o artigo 1º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida o texto original do artigo 1º.

Os Srs. Deputados que concordam, permaneçam por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigos 2º e 3º.

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, permaneçam por favor como se encontram.

Secretário: Os artigos 2º e 3º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 4º, como já anunciei existe uma proposta de alteração.

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, permaneçam por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração para o artigo 4º foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e 17 votos contra do PSD.

Presidente: Votemos o texto do artigo 4º no que respeita às alíneas a), b) e c).

Os Srs. Deputados que concordam, permaneçam por favor como se encontram.

Secretário: *O restante corpo do artigo 4º foi aprovado por unanimidade.*

Presidente: *Passávamos à discussão do artigo 5º, para o qual existe uma proposta de alteração.*

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, permaneçam por favor como se encontram.

Secretário: *A proposta de alteração para o artigo 5º foi aprovada por unanimidade.*

Presidente: *Votemos de seguida o texto original do artigo 5º.*

Os Srs. Deputados que concordam, permaneçam por favor como se encontram.

Secretário: *O artigo 5º foi aprovado por unanimidade.*

Presidente: *Artigo 6º.*

Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, permaneçam por favor como se encontram.

Secretário: *O artigo 6º foi aprovado por unanimidade.*

Presidente: *Para o artigo 7º também existe uma proposta de alteração.*

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Álamo Meneses): *Sr. Presidente, Srs. Deputados:*

Apenas para chamar a atenção para o facto deste diploma estar a ser aprovado depois do outro.

Deixo, desde já, uma questão que tem que ser resolvida e creio que pela Comissão de redacção, porque o diploma está a revogar parcialmente um diploma que a aprovação do diploma anterior revogou na sua totalidade.

Eles foram elaborados e aprovados pelo Governo pela ordem inversa daquela que está aqui a acontecer. Portanto, agora a comissão de redacção terá que compatibilizar esta questão ou eliminando esta revogação – se calhar será a melhor forma de o fazer – ou alterando a ordem em termos do seu envio para o Sr. Ministro da República.

Muito obrigado.

Presidente: *Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.*

Deputado Francisco Sousa (PS): *Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:*

Esta foi uma questão também levantada na Comissão.

A Comissão entendeu que, aquando da redacção final de ambos os diplomas, teria o cuidado de fazer seguir para aprovação, em primeiro lugar, o diploma que acabámos de aprovar há pouco e, em segundo lugar, este diploma, exactamente para salvaguardar essa situação de um apenas revogar parte da legislação e outro revogar a totalidade.

Portanto, esta questão está resolvida e a comissão de redacção terá a atenção e o cuidado necessários para que isso assim aconteça.

Presidente: *Não havendo mais intervenções passávamos à votação da proposta de alteração apresentada pela Comissão.*

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de permanecer sentados.

Secretário: *A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.*

Presidente: *Votação final global.*

Os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de permanecer sentados.

Secretário: *Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.*

Presidente: *O diploma baixa à Comissão para redacção final.*

Passamos ao debate da Proposta de Decreto Legislativo Regional que “determina que os serviços e organismos da Administração Pública Regional devem elaborar os respectivos modelos dos formulários em suporte informático”.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): *Sr. Presidente, Srs. Deputados:*

Com este diploma pretende-se a aproximação da Administração Regional Autónoma aos cidadãos para que, por via Internet e usando os meios inovadores da sociedade de informação, os cidadãos possam ter acesso a formulários e modelos dos vários órgãos da Administração Pública Regional.

Por essa via, pretende o Governo Regional tornar mais célere o relacionamento com a Administração autonomizando os recursos que hoje estão disponíveis, quer aos cidadãos, quer à Administração.

Muito obrigado.

Presidente: *Muito obrigado, Sr. Secretário.*

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): *Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:*

Um pedido de esclarecimento ao Sr. Secretário.

Em relação a este Decreto Legislativo Regional, decreta-se a implementação dos formulários em suporte digital, mas não se obriga ao cumprimento de um prazo, ou seja, cada um dos serviços será livre de o implementar.

Gostaria de saber se efectivamente é ou não assim, se irá haver alguma regulamentação que estabeleça algum prazo, ou qual é a perspectiva do Governo Regional em função do cumprimento efectivo desta matéria.

É interessante legislar sobre todas estas matérias, mas infelizmente verificamos que muitas vezes aqueles que são mais expeditos levam a bom termo o cumprimento daquilo que é legislado, mas quando não há fixação de prazos, quando não há uma imposição efectiva, muitas vezes há também organismos que deixam o tempo passar.

Penso que no capítulo de legislação, temos que ser objectivos e temos que determinar aquilo que pretendemos e quando é que pretendemos ser efectivado.

Presidente: *Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.*

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): *Sr. Presidente, Srs. Deputados:*

Efectivamente nem todos os órgãos da Administração Pública Regional podem, na prática, dispor neste momento dessa utilização.

O Governo Regional, na proposta de Plano para 2004, tem uma rubrica (Região Digital) em todos os departamentos governamentais dos Açores, que possibilitará efectivamente aos órgãos da Administração Pública Regional a possibilidade de disporem de terminais, de mecanismos e de software para permitir a aplicação concreta.

Contudo, alguns departamentos, neste momento, já dispõem desse sistema informático que possibilitará esse acesso mais fácil.

Portanto, não era possível neste momento colocar aqui um prazo na medida em que alguns departamentos não podiam cumprir, porque não têm ainda essa disponibilidade.

No próximo ano calculamos que já seja possível. O prazo não me posso comprometer, porque é uma acção do próximo Plano de 2004 que pode incluir para

todos os órgãos da Administração Regional a possibilidade de acesso a modelos e formulários.

Obrigado.

Presidente: *Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.*

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:*

O PSD está de acordo com este diploma. Já o votou favoravelmente na Comissão e entende que é um assunto importante.

No entanto, gostaria de solicitar dois esclarecimentos, na sequência do esclarecimento que foi solicitado pelo Sr. Deputado Paulo Valadão.

O diploma ora em discussão é, de certa forma, uma cópia integral de um diploma nacional – o Decreto-Lei 51/2002, de 2 de Março – que tem mais de um ano.

Gostaríamos de saber por que se levou mais de um ano a reproduzir quase na íntegra um diploma da República.

A segunda questão tem a ver com uma Resolução do Governo Regional – a Resolução 42/2003, de 10 de Abril – em que se diz que “em todos os departamentos do Governo Regional, é constituída, até 30 de Abril de 2003, uma equipa que garante o levantamento de todos os formulários existentes e em consequência de análise detalhada que proponha as medidas que permitam a sua simplificação e disponibilização electrónica”.

Assumia-se que até 30 de Abril eram constituídas essas equipas em todos os departamentos governamentais.

Mais à frente, no nº 3 da mesma Resolução da Presidência do Governo, é referido que “até 30 de Setembro deste ano, cada equipa multidisciplinar apresenta a respectiva tutela à Comissão Regional de Acompanhamento do Processo de Desburocratização e Simplificação Administrativa uma proposta fundamentada com os formulários a abolir, a simplificar e a disponibilizar electronicamente”.

Como disse, há um atraso de mais de um ano na cópia quase integral de um diploma da República. Por outro lado, há uma Resolução do Governo Regional dos Açores de 10 de Abril a dizer que até 30 de Abril serão constituídas as comissões e até 30 de Setembro serão apresentados os trabalhos.

Perante aquilo que foi respondido aqui ao Sr. Deputado Paulo Valadão, ficamos na dúvida se em 2004 a resolução já não está em vigor. Se calhar já não está e há outra resolução posterior. Portanto, gostaria que o Sr. Secretário me informasse se há alguma resolução posterior a esta que a revogue e qual é o estado actual do trabalho do Governo Regional dos Açores sobre esta matéria tão importante e que, infelizmente, tem sofrido alguns atrasos.

Presidente: *Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.*

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): *Sr. Presidente, Srs. Deputados:*

Não percebi qual era a dificuldade do Sr. Deputado em perceber a coordenação entre os vários departamentos do Governo Regional através de resoluções do Governo Regional e depois por um Decreto Legislativo Regional que põe em prática aquilo que é a resolução.

Confesso que não percebo qual a sua dúvida sobre essa matéria. Vai ter, naturalmente, a oportunidade de explicar.

Também gostaria de dizer que parece que quando nós copiamos bem, fazemos mal.

Nós não temos nenhuma dúvida em considerar que, quando alguém faz alguma coisa bem feita e que nós copiamos, é bem feito.

Eu já disse mais que uma vez que este é um processo natural que tem o seu desenvolvimento natural: existirem resoluções do Conselho do Governo que determinem a cada departamento que, internamente, criem grupos de trabalho, que determinem quase os formulários, quais as menções de cada formulário, o que é que é obrigatório preencher.

Esse foi um trabalho interno que decorreu nos prazos que o Sr. Deputado teve acesso na Resolução do Conselho do Governo.

Esse é um processo interno na administração. Está em curso e cumpriu-se os prazos constantes da Resolução.

Agora, a implementação dessa resolução consiste precisamente nesse decreto legislativo regional que vai pôr em prática os modelos que a administração achou que neste momento podiam ser usados.

A Agricultura escolheu-o, a Economia e a Educação também fizeram o mesmo. Portanto, todos têm os seus modelos actualizados. Agora, isso é um processo evolutivo como todos devem calcular.

Começamos do princípio. Temos alguns modelos. O ideal seria que hoje qualquer cidadão pudesse dialogar com a Administração por via Internet com todas as questões e com todos os requerimentos. Sabemos que neste momento isso é um utopia, mas vamos caminhando e é caminhando que se faz a vida.

Por isso mesmo, a Resolução do Conselho do Governo é perfeitamente consentânea com esse decreto legislativo regional. Os modelos estão a ser feitos em cada departamento e para a legislação que obriga à sua aplicação não existe um prazo e já expliquei porquê, porque alguns departamentos não têm meios informáticos para disponibilizar esses mecanismos.

Nós, no nosso plano, temos uma acção especificamente para esse efeito. Portanto, vamos fazendo o nosso percurso.

Daqui a uns anos naturalmente estamos convencidos que colaboramos todos para a melhoria e eficiência da Administração Pública Regional.

Presidente: *Obrigado, Sr. Secretário.*

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:*

Penso que o Sr. Secretário é que não percebeu a minha intervenção, mas não é a primeira vez que isso acontece.

A questão da cópia não nos repugna. Apenas perguntei por que levaram mais de ano a copiar um diploma da República.

Em relação à Resolução, gostaria que o Sr. Secretário me explicasse a técnica legislativa de um Decreto Legislativo Regional pôr em vigor uma Resolução do Conselho do Governo. Esta é uma técnica peregrina em termos de legislar.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): *Sr. Deputado, o pior cego é aquele que vê e não quer ver!*

O Orador: *Por outro lado, foi o Sr. Secretário que disse ao Sr. Deputado Paulo Valadão que havia departamentos que não tinham os meios informáticos. De acordo com a Resolução era até 30 de Setembro de 2003, depois disse que era 2004.*

Sr. Secretário, era importante que esclarecesse o que é que foi feito neste período. A minha pergunta foi tão simples como isso.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): *Eu já esclareci, mas posso esclarecer novamente!*

O Orador: *O Sr. Secretário baralhou tudo.*

Os levantamentos estão todos feitos?

As comissões funcionaram?

Por que é que só em 2004 é que entrará em vigor?

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): *Ainda não chegámos a 2004.*

Presidente: *Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, se pudesse desenrizar este esclarecimento, eu agradecia.*

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): *Sr. Presidente, Srs. Deputados:*

Vamos ver se eu consigo explicar melhor. Naturalmente que a dificuldade também é minha.

Eu não acredito que todos os senhores tenham essa dúvida, mas se a têm aqui estou para esclarecer.

Nós queremos implementar um sistema de aproximação dos cidadãos à Administração Pública Regional utilizando os meios da sociedade de informação, a Internet,...

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Os preâmbulos estão na lei, sabemos ler!*

O Orador: *... ou seja, os meios informáticos.*

Como é que o Governo organizou?

Fizemos uma resolução de Conselho do Governo, criámos equipas em todos os departamentos do Governo que tratassem de pensar e de executar os formulários que são aqueles que vão estar disponíveis na Internet para chegar aos cidadãos para seu preenchimento e devolver à Administração, nos casos em que isso ocorra.

Nós cumprimos essa função interdepartamental dentro do Governo Regional, com coordenação da Secretaria Regional da Administração Pública.

Alguns departamentos já têm esses meios que podem começar a funcionar imediatamente. Há outros departamentos que ainda não têm esses meios.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: *Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.*

Deputado Paulo Valadão (PCP): *Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:*

Quando na Comissão analisámos a matéria, entendi que deveria reservar para plenário a análise mais aprofundada e a decisão final deveria ser tomada em plenário.

O PCP decidiu votar favoravelmente este Decreto Legislativo Regional, porque é uma matéria que interessa à Região. Estamos de acordo com todos os conceitos que

o Sr. Secretário, em relação a ele, apresentou (a aproximação aos cidadãos, uma maior amplitude em relação aos cidadãos conhecerem aquilo que têm que fazer a nível da Administração).

Também achamos interessante que tenha sido o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas a apresentar e a debater este documento. Isso tem a sua razão de ser, ou seja, porque na Secretaria da Agricultura e Pescas os serviços centrais e os serviços externos lidam com estas matérias aproximadamente há 20 anos (se estou a faltar à verdade o Deputado Luís Henrique que me corrija).

Diga-se de passagem que no passado e no presente têm lidado bem com estas matérias, têm avançado, têm progredido, têm sido capazes de mostrar uma imagem da Administração Pública e é pena que muitos outros serviços nas nove ilhas dos Açores não possam mostrar essa imagem aos cidadãos.

Achei interessante, porque é uma Secretaria onde estou convencido que daqui a uma semana ou duas, se o Sr. Secretário assim o determinar, poderá implementar este Decreto Legislativo Regional nos serviços centrais e nos serviços externos.

Sr. Secretário, talvez o mesmo não possa dizer em relação aos institutos que dependem da sua Secretaria. Aí, eu penso que a situação talvez não seja tão eficiente e eficaz como se passa nos serviços centrais e nos serviços externos.

Não vou perguntar, mas vou deixar uma dúvida.

Eu gostava muito de saber como é que informaticamente se relacionam, por exemplo, o IFADAP e o IROA. Eu não coloco esta questão e não é necessário que me responda, mas gostaria que ela fosse aprofundada.

Mesmo dentro da mesma Secretaria há órgãos onde o assunto está bem estruturado, mas talvez há outros em que essa estruturação e essa vontade de avançar não seja tão boa.

Infelizmente há outros serviços na nossa Administração Regional que ainda não foram capazes de perceber da necessidade de poderem levar a cabo este contacto directo entre o serviço e todos os utentes que dele precisam.

Às vezes fico confuso quando alguns cidadãos me dizem que não conseguem ter acesso a informações necessárias de vários serviços, que para terem essas informações é necessário ir à Secretaria pedi-las e às vezes a informação não é imediata.

Recentemente, ao terminarem os seus estudos, alguns alunos disseram-me que, em determinadas escolas, para se conseguir uma certificação de habilitações literárias é necessário esperar um dia, dois, três, quatro ou cinco. Estes são aspectos que neste momento, nesta época, nos dias de hoje, a mim me confrange, até talvez porque conheço aquele serviço que está bem estruturado e porque sei que, infelizmente, há serviços que não têm tido capacidade ou talvez vontade, por parte de alguns responsáveis, para fazer essa estruturação.

Por isso mesmo, nós consideramos que este decreto, apesar de faltar a obrigatoriedade em termos de prazo, é positivo, interessante e poderá estimular aqueles que estão mais atrasados ou aqueles que ainda não começaram a aproximar-se daqueles que vão na vanguarda destes trabalhos.

Por isso mesmo, como disse, penso que toda esta discussão foi importante e poderá contribuir para que no futuro, o mais breve possível, os cidadãos possam ter acesso a todos os formulários, rápida e imediatamente, sem necessitarem de ir à Secretaria perguntar como é que é, o que é que têm que preencher, onde é que está o papel.

Presidente: *Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Amaral.*

Deputado Nuno Amaral (PS): *Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:*

Desde 1997, a área da ciência e tecnologia transformou-se numa prioridade para o Governo Regional do Partido Socialista, considerando-se que para uma região insular e ultraperiférica essa aposta era inadiável.

O Governo tem vindo a desenvolver, de forma consistente, uma política de desenvolvimento da sociedade de informação nos Açores que tem vindo a ser concretizada através do lançamento de inúmeras iniciativas e a adopção de medidas de diverso índole com importantes resultados alcançados.

Às medidas e programas em curso ou já anunciadas há, pois, que acrescentar ou reforçar de forma decisiva o incremento acelerado do uso da Internet como prioridade estratégica.

Com o presente diploma pretende-se incentivar o uso da Internet pelos serviços e organismos da Administração Pública Regional, assim como pelos cidadãos que com eles se relacionam.

Contribui-se assim, através da disponibilização electrónica dos formulários, para aproximar a Administração Pública Regional dos administrados.

O Grupo Parlamentar do PS vai votar favoravelmente.

Presidente: *Encerrado este debate, vamos passar à votação na generalidade deste diploma.*

Os Srs. Deputados que concordam, fazem o favor de permanecer sentados.

Secretário: *Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.*

Presidente: *Vamos iniciar a discussão na especialidade do presente diploma.*

Não havendo propostas de alteração, vamos passar à votação dos artigos 1º, 2º, 3º e 4º.

Os Srs. Deputados que concordam, fazem o favor de permanecer sentados.

Secretário: *Os artigos 1º, 2º, 3º e 4º foram aprovados por unanimidade.*

Presidente: *Votação final global.*

Os Srs. Deputados que concordam, fazem o favor de permanecer sentados.

Secretário: *Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.*

Presidente: **Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos - Petição – construção de um novo edifício escolar (EB/JI) na Freguesia das Manadas, concelho das Velas.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se estivermos todos de acordo, sugeríamos que discutíssemos em simultâneo a petição e as propostas de resolução, atendendo a que se trata da mesma matéria, tendo consciência de que o nosso Regimento tem uma forma própria para a discussão das petições.

Presidente: *Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.*

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tenho a impressão que deveríamos fazer a análise da petição e a seguir a análise das Proposta de Resolução em conjunto.

Portanto, penso que se devia fazer uma separação entre o que diz respeito à petição e o que diz respeito às 4 Propostas de Resolução. Penso que seria mais lógico.

Presidente: *Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.*

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para declarar que o Grupo Parlamentar do PSD subscreve a proposta do Deputado Paulo Valadão.

Nós entendemos que deve ser lido o relatório e depois as propostas de resolução serão analisadas em conjunto.

Não sei se a hora regimental dará ou não para ler o relatório, mas de qualquer das formas, é esse o nosso entendimento.

Muito obrigado.

Presidente: *Não havendo nada a opor, passávamos à leitura do relatório referente a esta petição.*

Tem a palavra o relator da Comissão de Assuntos Sociais.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relatório e parecer à “Petição pela construção de um novo edifício escolar (EB/JI) na freguesia das Manadas, concelho das Velas”.

Capítulo I

Introdução

Em 3 de Julho de 2003 deu entrada na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, uma Petição pela Construção de um novo edifício escolar (EB/JI) na freguesia das Manadas, concelho de Velas, subscrita por 310 pessoas e cuja primeira subscritora é Gina Maria da Silveira Brasil, com o Bilhete de Identidade n.º 11816192, moradora no Cabo das Manadas, 9^A - 9800 – 011 Manadas, Velas, S. Jorge.

Como pressupostos esta petição considera que durante o ano lectivo que findava aquando da subscrição, foi conhecida a intenção do Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura de fechar uma das duas escolas do 1º ciclo(básico e pré-escolar) existentes na Freguesia das Manadas e que de acordo com o que chegou a ser anunciado, a opção seria a de concentrar na actual escola dos Terreiros todos os alunos da freguesia. Segundo a opinião dos signatários, que dizem contar com o apoio da Câmara das Velas, as crianças desta freguesia necessitam, efectivamente, é de um novo edifício escolar, que, independentemente da sua localização concreta dentro da freguesia, tenha capacidade para albergar, de forma condigna e moderna, todas as crianças que frequentam o pré-escolar e o 1.º ciclo básico. É também opinião dos signatários que não faz sentido concentrar num edifício inadequado, inseguro e insuficiente as crianças que agora estão divididas por dois edifícios escolares antigos.

Os signatários, nos termos disposto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e de toda a legislação aplicável, exercendo o seu direito de Petição, dirigem-se à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, solicitando:

1. Que a actual situação escolar da freguesia das Manadas, no que respeita a edifícios escolares atribuídos ao 1.º ciclo do ensino básico e ao ensino pré-primário,

seja devida e rigorosamente avaliada, atendendo a que os dois edifícios que, na freguesia, funcionam como escolas, não têm as condições mínimas exigidas.

2. Que após essa avaliação seja explicitamente reconhecida a necessidade e o direito de, em qualquer um dos lugares da freguesia das Manadas, ser construído um novo edifício escolar, devidamente dimensionado e provido de todas as condições, incluindo de segurança que hoje são exigíveis.

3. Que, nessa sequência, seja considerado como solução inadequada a concentração de todas as crianças que estudam em duas escolas num dos dois edifícios sem condições que hoje funcionam nas Manadas.

4. Finalmente, que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, se assim for o seu entendimento, recomende ao Governo Regional que seja dada prioridade à construção da nova escola da Freguesia e que, até ela estar concluída, continuem a funcionar as duas actuais escolas.

A Comissão deliberou ouvir em audição a primeira subscritora da Petição, o Conselho Executivo da Escola Básica Integrada / S de Velas, o Secretário Regional da Educação e Cultura e visitar as escolas da freguesia de Manadas.

Capítulo II

Enquadramento Jurídico

O direito de Petição enquadra-se no âmbito do art.º 52º da Constituição da República Portuguesa e é regulado e garantido pela Lei n.º 43/90, de 10 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 6/93, de 1 de Março e pela Lei n.º 15/2003, de 4 de Junho. A apreciação na Comissão exerce-se no âmbito do n.º 4 do art.º 42.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e nos termos dos artigos 221.º a 224.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

A Comissão, na sua reunião do dia 2 de Setembro de 2003, deu cumprimento ao determinado no artigo 15.º das leis supramencionadas tendo verificado que não

ocorria nenhuma das causas legalmente previstas que determinassem o seu indeferimento liminar e que haviam sido observado os requisitos mencionados nos n.ºs 2 e 4 do artigo 9.º das mesmas leis, pelo que deliberou que a partir desta data se iniciava o prazo de 60 dias para a apreciação desta petição. Os deputados do PSD abstiveram-se nesta deliberação, considerando o disposto nas citadas leis e o despacho do Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, datado de 10 de Julho de 2003.

Capítulo III

Apreciação na generalidade e na especialidade

Audição com o Conselho Executivo da Escola Básica Integrada/S das Velas.

No dia 2 Setembro de 2003, a Comissão ouviu em audição o Conselho Executivo da Escola Básica Integrada / S de Velas, nas instalações da EB 2,3/ S de Velas, sobre o conteúdo desta Petição.

O Presidente do Conselho Executivo informou a Comissão que no ano transato por portaria da Secretaria Regional de Educação e Cultura fora criada a Escola EB/JI de Manadas, no lugar dos Terreiros.

Numa reunião realizada em Julho de 2002, o Sr. Secretário Regional e o Conselho Executivo acordaram juntar numa só escola as escolas EB/JI da freguesia de Manadas, na Escola EB/JI dos Terreiros, devendo nesta última serem feitas obras até ao mês de Setembro, a cargo da Câmara Municipal de Velas. Chegado ao início do ano lectivo estas obras não tinham sido realizadas, nem durante o 1.º período, tendo-se só iniciado no mês de Janeiro. As obras efectuadas relacionaram-se com a remodelação da rede eléctrica e o ensaibrar dos pátios. Em Fevereiro numa reunião realizada com a presença do Secretário Regional e dos pais e encarregados de educação dos alunos da EB das Manadas

ficou acordado que os alunos se manteriam na sua escola até ao final do ano lectivo, visto este já ir muito avançado.

Para o presente ano lectivo de 2003/2004 está tudo tratado relativamente ao transporte dos alunos e à sua alimentação. O transporte será efectuado por uma carrinha da Junta de Freguesia da Urzelina e a alimentação fornecida pelo Instituto de Santa Catarina.

Relativamente ao número de alunos, a escola passará a funcionar com duas turmas do 1.º ciclo, com 11 alunos cada, com dois níveis de ensino, acabando-se com as duas turmas até agora existentes na freguesia nas quais eram ministrados quatro anos de escolaridade, situação extremamente prejudicial em termos pedagógicos. Na escola funcionará ainda o Jardim de Infância com o pré-escolar. Em termos de recursos humanos a escola contará com dois professores do 1.º ciclo, uma educadora de infância e duas auxiliares de acção educativa.

O Deputado José Decq Mota questionou o Presidente do Conselho Executivo se a escola reunia condições de funcionamento, tendo este respondido que a escola é uma casa senhorial, muito mais espaçosa e com três salas, concluindo que no concelho tem escolas em muito piores condições, como exemplo a escola do Norte Grande. Referiu ainda que em termos pedagógicos era muito melhor haver dois professores, com dois anos de escolaridade e era também uma forma de rentabilizar os apoios educativos e o ensino especial. Em resumo, não é uma escola exemplar, afirmou, mas reúne as condições para o funcionamento normal de uma escola e como decisão da tutela devem cumpri-la.

O Deputado Decq Mota questionou ainda se aquela freguesia deveria ou não ter uma escola nova, tendo o Presidente do Conselho Executivo respondido que sim, mas não será só esta freguesia, em todas deveria haver escolas novas com melhores condições para os alunos. Outro elemento do Conselho Executivo manifestou que antes de se partir para a construção de uma escola nova deverá fazer-se um levantamento do número de alunos para o futuro. Sobre esta matéria o Presidente do Conselho Executivo acha que o que se deveria fazer era

um edifício nas Velas que concentrasse toda a população escolar, desta parte do concelho de modo a que os alunos pudessem beneficiar de um conjunto de equipamentos que dificilmente chegarão às freguesias. Nas obras futuras para a EB, 2,3/S das Velas devia começar a pensar-se neste sentido. Apesar da Escola ser hoje uma Básica Integrada, a articulação entre o 1.º ciclo e outros ainda se faz com alguma dificuldade. Também faria sentido construir-se por exemplo uma escola que satisfizesse a população escolar das freguesias de Manadas e Urzelina, esta última possui duas turmas do 1.º ciclo com cerca de 18 alunos cada.

Relativamente à concentração das escolas nas sedes de concelho o Deputado Decq Mota considerou problemática, tendo que se ponderar a distribuição populacional e o modelo de sociedade que se quer construir. Trazer os alunos para as vilas, leva a que as famílias também se concentrem nestas, contribuindo para o êxodo das freguesias rurais.

O Presidente do Conselho Executivo referiu ainda que muitas vezes são os próprios pais que preferem trazer os filhos para as sedes do concelho e deu como exemplo a Escola da Boa Hora que foi inaugurada há apenas três anos e hoje só tem 10 alunos. Apesar de ser uma zona onde se tem concentrado população muito jovem, o encerramento da escola às três horas da tarde leva a esta opção dos pais; provavelmente com a criação de um ATL na escola poder-se-ia combater este êxodo. A concentração de escolas também facilita a implementação da introdução da iniciação de uma Língua Estrangeira que hoje já se faz em todas as escolas do concelho com a excepção do Norte Grande e Sto. António. Igualmente se poderia introduzir a música ou as novas tecnologias de informação.

Audição com a primeira subscritora da Petição Gina Maria da Silveira Brasil.

A primeira subscritora fez-se acompanhar de vários signatários da Petição e do Presidente da Junta de Freguesia das Manadas na audição que se realizou na sede da Casa do Povo das Manadas no dia 2 de Setembro de 2003.

Na audição a Sra. Gina Brasil afirmou que há cerca de um ano recebera a notícia de que a Escola das Manadas iria fechar por falta de alunos o que era mentira porque tinha 12 alunos. Os pais reuniram-se com a Junta de Freguesia, a Câmara Municipal e com o Secretário Regional da Educação e Cultura, tendo este afirmado que as escolas não tinham condições. Pediram para que fosse feita uma avaliação da Escola dos Terreiros e a resposta é que esta não tinha condições e sugeriu-se a substituição da electricidade e a colocação de saibro no pátio. A Câmara Municipal achava ainda que se deveria substituir as portas e as janelas. Em Fevereiro voltaram a reunir com o Secretário Regional data em que este entendia que os alunos deveriam mudar para a Escola dos Terreiros. Continuam a achar que não há condições em especial na cantina e de segurança contra sismos e incêndios. Entendem que até haver uma nova escola os alunos não deveriam ir para a Escola dos Terreiros por falta de condições. Não são contra a mudança, julgam é que aquela escola não apresenta condições. Os alunos do pré-escolar levam cerca de uma hora a almoçar, a que horas irão os outros almoçar? As casas de banho deitam muito mau cheiro. A sala do pré-escolar mudou-se para o 1.º andar porque esta era muito fria e húmida. Nunca foram feitos pedidos de avaliação à Delegada de Saúde e aos Bombeiros porque não têm Associação de Pais. O Secretário Regional disse que tinha pensado mudar os alunos e iria fazê-lo. Quando falaram em construir uma escola nova não havia problema, quando a Câmara se disponibilizou já não havia verbas.

A Peticionária questionou o Presidente da Comissão se o Secretário Regional poderia mudar os alunos já no próximo dia 15, tendo este respondido afirmativamente.

O Deputado Mark Marques afirmou que estávamos analisar a Petição e que em sua opinião a escola não tem condições e que se deveria partir para a construção de uma nova escola, tendo a Câmara já disponibilizado-se para o

efeito. Fizera já um requerimento na Assembleia Legislativa Regional dos Açores e o PSD tem uma Proposta de Resolução pronta a recomendar ao Governo para que se construa uma nova escola e que enquanto esta não for construída, a situação deve manter-se tal qual está.

O Deputado Decq Mota também referiu que havia feito um requerimento na Assembleia Legislativa Regional dos Açores e que felicitava a população por utilizar um meio que está ao seu dispor que deve ser usado de forma oportuna e adequada. O PCP tem o juízo feito, os dois edifícios apesar de não apresentarem condições deverão manter-se em funcionamento, pelo que irão apoiar a proposta do PSD.

Em Novembro aprovar-se-á o Orçamento, se não for claro que esteja prevista a construção de uma nova escola, significa que a maioria não quer resolver este problema.

O Deputado António Gomes afirmou que tem sido política deste Governo a existência de uma escola por freguesia, o que não acontecia antes de 1996. Fora este Governo que reabriu a Escola do Norte Pequeno fechada havia três anos. Há bastante pouco tempo tivera uma conversa com o Presidente da Câmara das Velas em que este afirmava ter algumas dificuldades em adquirir o terreno para a escola nova, havia quando muito uma perspectiva de compra. Concluiu afirmando que a freguesia precisa de um edifício condigno para os seus alunos.

O Deputado Francisco Sousa reafirmou a política do Governo de haver uma escola por freguesia, dado que quando se perde a escola a freguesia fica mais pobre. Os Deputados já haviam votado noutros momentos o encerramento da única escola de uma freguesia. O PS e o Governo tem defendido que se junte o máximo de alunos de modo a que se acabe com as escolas de lugar único. Têm-se fechado escolas porque é melhor para o sucesso escolar dos nossos alunos.

O Deputado Joaquim Machado referiu que não se pode falar em qualidade pedagógica sem ter em conta um conjunto de valores que têm a ver com a

motivação dos próprios alunos. Aspectos afectivos e de segurança poderão ser mais importantes para o sucesso.

O Deputado José do Rego reconheceu que qualquer das escolas não apresenta as condições ideais para o seu funcionamento. Todavia os alunos ganhariam mais estando numa só escola, o sucesso educativo destes numa sala com um professor com quatro anos de escolaridade será sempre mais reduzido. Quanto a estar espelhado no próximo orçamento esta escola, colocou algumas dúvidas, dado que este faz parte de um Plano a Médio Prazo e poderão existir compromissos financeiros que levem à sua não inclusão no próximo ano, contudo reconhece que deva ser construído um novo edifício escolar na freguesia.

O Presidente da Junta de Freguesia informou a Comissão que acompanhou desde o primeiro momento, esta situação. O Senhor Secretário Regional quanto à construção de uma nova escola disse que não havia problema. Hoje existem dois terrenos disponíveis, queiram construí-la.

O Deputado Manuel Silveira referiu que como deputado de S. Jorge iria defender a construção de uma escola nova para a freguesia.

Audição com o Secretário Regional da Educação e Cultura

A Comissão no dia 8 de Setembro ouviu em audição o Secretário Regional da Educação e Cultura, na delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Angra do Heroísmo.

O Secretário Regional começou por afirmar que a forma como o 1.º ciclo está estruturado remonta há mais de 50 anos, com as mesmas bases, trazendo gravíssimos problemas quando um professor ministra quatro níveis de escolaridade em simultâneo. A prática pedagógica nos dois primeiros anos é bastante exigente. Quando não é possível haver um professor para cada ano de escolaridade, deverão pelo menos criar-se turmas com dois níveis de ensino, de modo a combater o isolamento de alunos e professores e de turmas com quatro

níveis de ensino. Esta reestruturação não implica uma redução de custos porque muitas das vezes os recursos humanos são em igual número, havendo sim um acréscimo derivado das despesas de transporte e alimentação, como é o caso presente.

O ano passado fez-se o grosso do encerramento de escolas com uma única sala. Esta escola também ia ser encerrada mas devido às obras que a Câmara Municipal das Velas se comprometera a fazer no edifício dos Terreiros com três salas que a freguesia possui, só agora será feita esta integração. Quanto à construção de uma nova escola passa pela disponibilidade da Câmara Municipal. Provavelmente vamos partir para a construção de uma nova escola, mesmo que os custos sejam muito elevados.

“Quando olhamos, vemos com alguma dificuldade a viabilidade de manter algumas escolas do 1.º ciclo; temos feito um esforço muito grande para manter uma escola por freguesia e este é um problema nacional. O ano passado encerrámos 52 escolas na Região.

O 1.º ciclo merece uma atenção especial. Há que refundar o 1.º ciclo de modo a eliminar a elevada taxa de retenção no 2.º ano de escolaridade e a combater as dificuldades da leitura e escrita com que muitos alunos chegam ao 2.º ciclo.

Construir escolas com uma sala nos dias de hoje deixa de fazer sentido quando se pretende estender a todas as escolas a iniciação de uma Língua Estrangeira, a Música e a Educação Física” afirmou o Secretário Regional da Educação e Cultura.

O Deputado Paulo Valadão interpelou o Secretário Regional quanto aos objectivos da Petição e há possibilidade de se manter os dois edifícios até à construção de uma nova escola e porque não foi feito o mesmo em Sto. Amaro com a escola da Boa-Hora.

O Secretário Regional respondeu que uma escola não pode ser considerada boa para uns e não para outros, a situação da Escola das Manadas com uma só sala não apresenta condições ditas pedagógicas para o seu funcionamento. A escola

dos Terreiros teve alguns melhoramentos e é mais central na freguesia o que não acontece com a escola da Boa-Hora que é descêntrica face à freguesia de Sto. Amaro. Aquando da construção desta última teve-se algumas dúvidas, mas pelos dados apresentados pela Câmara relativamente ao surto de construção nesta zona fazia crer que a população iria aumentar, todavia, os pais preferem levar os filhos para a Vila das Velas. Este ano já se pensara encerrar a escola, provavelmente com a implementação de um ATL se poderá inverter esta situação que até faria baixar o excesso de alunos nas Velas. O Secretário Regional concluiu que é necessário em conjunto com a Câmara Municipal das Velas, que tem tido um envolvimento meritório neste processo, repensar todo o 1.º ciclo no concelho.

O Deputado Joaquim Machado perguntou ao Secretário Regional se a Câmara Municipal se havia disponibilizado para a construção da nova escola com o seu pagamento diferido por outros anos e da concordância da SREC para a celebração do respectivo contrato ARAAL. O Secretário Regional respondeu afirmativamente.

Por último o Deputado Paulo Valadão perguntou ao Secretário Regional se não era possível construir a escola dentro de um ano, tendo este respondido, questionando-o se seria sensato depois de tudo quanto já havia afirmado.

Capítulo IV

Parecer

A Comissão após as audições efectuadas, face à Petição e pela análise da legislação publicada, conclui:

- a) O edifício dos Terreiros oferece as condições pedagógicas mínimas para nele funcionarem duas turmas do 1.º ciclo do ensino básico e uma turma da educação pré-escolar;
- b) A junção das duas turmas existentes até esta data, cada qual com quatro anos de escolaridade do 1.º ciclo do ensino básico, permitirá a criação de duas novas turmas mas cada uma com apenas dois anos de escolaridade;
- c) A criação das duas turmas com dois anos de escolaridade irá contribuir para melhorar as condições de ensino-aprendizagem dos alunos e dos docentes;
- d) Recomenda-se ao Governo Regional que elabore um estudo sobre a população escolar da freguesia de Manadas bem como daquela zona do concelho de Velas, com vista à construção de um novo edifício escolar que possibilite melhores condições de ensino-aprendizagem tendo em vista, entre outras, as crianças com necessidades educativas especiais, a introdução de uma língua estrangeira, da música, da educação física e das novas tecnologias de informação e comunicação, e ainda os espaços para alimentação e tempos livres dos alunos.

O presente parecer foi aprovado com os votos favoráveis dos Deputados do Partido Socialista e os votos contra dos Deputados do Partido Social Democrata e do Deputado do Partido Comunista Português.

O Partido Comunista Português apresentou uma declaração de voto que se anexa ao presente relatório.

Angra do Heroísmo, 10 de Setembro de 2003.

O Relator: *José de Sousa Rego.*

O presente relatório foi aprovado *por unanimidade.*

Presidente: Francisco Sousa.

Presidente: **Está aberta a discussão do presente relatório.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): *Sr. Presidente, Srs. Deputados:*

Embora a discussão sobre esta matéria seja feita amanhã aquando da discussão das quatro resoluções, não queria de forma alguma, no final deste relatório, deixar de felicitar a população das Manadas pelo facto de ter dirigido esta petição à Assembleia Regional. A partir daí tomou o seu caminho e as suas proporções.

O Partido Social Democrata votou a favor do relatório, como muito bem referiu o relator, mas infelizmente nós não concordamos com a conclusão publicada no mesmo, desde logo, porque a Comissão diz que o edifício dos Terreiros oferece as condições pedagógicas mínimas para nele funcionarem as turmas do 1º ciclo do ensino básico e uma turma da educação pré-escolar, o não corresponde à verdade.

Gostaria também de referir que na sequência desta petição e na altura em que a Comissão dos Assuntos Sociais esteve na Ilha de São Jorge, foi anunciada por mim, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, uma Proposta de Resolução sobre esta matéria.

Quero deixar claro neste debate que o Partido Social Democrata, não por uma questão de querer ser o primeiro (e foi!) tomou a dianteira nesta matéria.

Amanhã no debate das propostas de resolução estarei disponível para debater este assunto.

Muito obrigado.

Presidente: *Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.*

Deputado José Decq Mota (PCP): *Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:*

Naturalmente que o debate em profundidade desta matéria será feito amanhã, como disse o Deputado Mark Marques, quando se apreciarem as 4 Propostas de Resoluções que deram entrada na sequência da petição, conforme o Regimento prevê, mas é óbvio que tendo o Grupo Parlamentar do PCP, através dos seus dois deputados (o que é membro efectivo da Comissão e eu próprio que o substitui numa

das diligências) participado nesta matéria, não queria deixar de fazer neste momento um comentário.

A peça descritiva do que se passou é feita com rigor e felicito o relator da Comissão por isso.

O parecer que está incluído no relatório apenas reflecte a posição dos deputados do Partido Socialista, uma posição que, sendo da maioria, é isolada, face àquilo que é a pretensão legítima do povo da freguesia das Manadas que em número 310 assinou a referida petição, quer face à realidade, à constatação daquilo que todos vimos e sentimos ao pisar o pátio ensaibrado, uma sala insalubre ou uma escada que nem é própria nos dias de hoje para um jovem de 25 anos muito menos para uma criança.

É um parecer isolado da realidade, das justas pretensões, das observações correctas e justas que foram feitas. Portanto, é um parecer que obviamente é determinado por razões de fidelidade política à decisão tomada pelo Sr. Secretário Regional de fazer uma junção de dois edificios escolares não tendo nenhum deles condições para ser o receptor dessa junção.

Obviamente que na situação daquela freguesia com dois edificios escolares, se um deles tivesse condições de ser a escola da freguesia, independentemente do local, obviamente que a solução era ajustada, correcta e ia de encontro a necessidades pedagógicas, mas essas vantagens pedagógicas tão arduamente defendidas pelo Sr. Deputado e amigo Francisco Sousa e pelo Sr. Deputado José Rego na reunião em que participei, caem pela base perante a situação objectiva dos edificios.

Deputado Francisco Sousa (PS): É a sua perspectiva!

O Orador: Claro que é a minha opinião. Sou eu que estou a falar.

O que se pede afinal na petição é simples.

Mesmo que o problema possa ter tido outras origens, aquela população teve a lucidez de perceber o que era o essencial. O essencial não era se a futura escola era mais acima, ou mais abaixo, ou se era no lugar principal da freguesia. O essencial é que naquela freguesia haja uma escola.

Eu e o Grupo Parlamentar do PCP estamos de acordo com isso. Havendo um edifício adequado aos 30 e tantos alunos da freguesia, com todas as condições, condições para música, para língua estrangeira, para refeições, tudo aquilo que está colocado no parecer um pouco para adormecer a situação, então essa junção não é de forma nenhuma polémica.

Querer, invocando condições pedagógicas que ficam anuladas por razões estruturais, criar uma situação que objectivamente é pior e é perturbadora, porque numa salinha, que é talvez um bocadinho mais pequena que o pequeno gabinete que nesta Casa coube ao Deputado Paulo Valadão, a qual se chama refeitório e na qual aquelas crianças irão tomar refeições e lanches, obrigará por exemplo a que esse serviço seja diferenciado por duas horas, o que vai trazer ao funcionamento escolar uma perturbação imensa, porque desde muito cedo vão ter que estar uns a almoçar até quase à hora de saída, uma vez que só pode entrar pequenos grupos para aquela salinha.

Tudo isto, não por razões de economicismo, mas por razões de exercício do poder administrativo que o Sr. Secretário nos habituou.

Essa forma está errada, chocou profundamente a população de uma freguesia e estendeu-se, – e o Sr. Secretário tem que ter consciência disso – contaminando a ilha.

Os Srs. Deputados do Partido Socialista de São Jorge têm consciência disso e se calhar vão pagar caro por isso.

Deputado António Gomes (PS): *Não, não vão!*

O Orador: *Por causa de uma questão que era e é de fácil resolução, estão a criar um problema onde ele não existia com a dimensão que existe.*

Em termos de comentário do parecer era apenas isto que queria dizer. Quando discutirmos as resoluções terei mais argumentação e questões para colocar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: *Muito obrigado, Sr. Deputado.*

Tenho a inscrição do Sr. Deputado José Rego, mas como ultrapassámos a hora regimental, interrompo os trabalhos por hoje e retomaremos amanhã a discussão no que respeita a esta petição.

Pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares para se acercarem da Mesa para combinarmos os nossos trabalhos.

Boa noite.

(Eram 20 horas e 05 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Óscar Manuel Valentim da Rocha

Partido Social Democrata (PSD)

Mark Silveira Marques

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo Decq Mota

Paulo António de Freitas Valadão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Fernando Manuel Machado Menezes

Partido Social Democrata (PSD)

Manuel da Silva Azevedo

Proposta de Resolução

Recomenda ao Governo Regional que passe a submeter ao critério de análise custo-benefício, numa perspectiva de desenvolvimento económico-social dos Açores, as despesas com propaganda institucional e com festas de inauguração

A autonomia, segundo o Estatuto Político-Administrativo, visa o desenvolvimento económico e social integrado dos Açores e o reforço da solidariedade entre todos os portugueses.

O Programa de Governo considera a defesa e a consolidação da autonomia como um objectivo, que eleva a tarefa permanente de todos os responsáveis políticos regionais. Nele também se aponta no sentido da valorização dos benefícios que a forma de autogoverno trouxe para os Açores e se assume como prioridade a sustentação financeira do modelo autónomico, esta assente em responsabilidade partilhada com o Governo da República e a União Europeia, como se refere e se cita do próprio Programa de Governo: “evitando-se, sempre, que se deteriore na prática política o que se reconfirma em teoria”.

É ainda do Programa de Governo e sob o título de consolidação das finanças públicas regionais, que consta como medida a executar, a introdução do “critério de análise custo-benefício para se aferir da validade e importância das acções a desenvolver pela administração regional”.

O Governo Regional tem argumentado dificuldades financeiras gravíssimas e através delas procurou justificar a revisão em baixa do Plano de Médio Prazo 2000/2004 e chegou mesmo a pôr em causa projectos fundamentais e inadiáveis,

respeitantes a todas as ilhas dos Açores, incluindo a reconstrução das ilhas sinistradas.

A propalada falta de dinheiro foi utilizada, como justificação para incendiar as relações institucionais e entrar em guerra aberta com o Governo da República.

O último período da governação ficou marcado por práticas controversas e até inaceitáveis, como a propaganda alegadamente institucional e a realização de festas para celebrar inaugurações. Têm-se enchido páginas com anúncios na imprensa regional e distribuído os chamados “info-mail”, com conteúdos em que a parte informativa é muito menos relevante do que a pretendida mensagem propagandística; ultimamente já se foi ao ponto de fazer uma festa a propósito da inauguração de uma fase de uma variante, com faustosos concertos, dispendiosos artistas vindos do exterior e até um espectáculo piromusical de anunciada dimensão internacional, envolvendo custos de várias centenas de milhares de euros.

Acresce que, tudo isto, é divulgado com o suporte de grandes espaços de publicidade paga, da responsabilidade do Governo e no caso do espectáculo piromusical, é a própria Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos a assumir, com uma arrogância que nem os ricos honestos costumam exibir, que se trata de um espectáculo “pela primeira vez em Portugal” que foi “premiado nos melhores concursos de pirotecnia do Mundo”!

Ao Governo Regional não é legítimo permitir-se a imagem de parecer ser mais um partido político endinheirado e esbanjador, pretendendo também assinalar a entrada no novo ano político, nem tão pouco desenvolver uma campanha de propaganda, que nem só temporalmente se confunde com a do partido no poder e por mais antecipada que esta possa parecer.

É rigoroso que a Região é pobre, está muito atrasada em relação às suas congéneres e é indisfarçável que está endividada. E precisa de muitos meios para ser arrancada da situação em que se encontra e avançar no seu processo de desenvolvimento económico e social. Assim sendo, o pior que pode fazer, é transmitir a imagem de falta de rigor e – pior que isso – de esbanjamento.

Não é assim que se valorizam os benefícios de autogoverno. Governar é optar. Não é assim que se demonstra ter como objectivo promover a sustentação financeira.

Quando não há meios para tudo, é preciso privilegiar o investimento e recusar a despesa sumptuária e não reprodutiva.

O dever de qualquer executivo é o de poupar, gerir com rigor, procurar fazer mais com o menor dispêndio possível e mesmo que o Programa deste Governo o não explicitasse, o executivo regional deve sempre ter em conta uma ponderada e inteligente análise de custo-benefício, obviamente pautada por objectivos de desenvolvimento e interesse público, que não foi feita ou tida em conta nos últimos aparatos públicos.

Não é aceitável que o Governo alegue não ter meios para subir pensões e outras prestações sociais, dizer não poder apoiar mais a agricultura ou salvar as pescas, ou, para referir só dois exemplos, manter atrasos com empreiteiros de obras públicas e não pagar as dívidas de medicamentos, quanto está a desbaratar dinheiro. Nem os alegados “apoios”, alguns dos quais também suportados, directa ou indirectamente, pelo orçamento regional, nem a boa vontade da ajuda dos patrocinadores que – sabe Deus se não teriam dado, com melhor vontade, para coisa verdadeiramente útil – desculpam ou desresponsabilizam.

O respeito que esta Região devia fazer por merecer, através do seu Governo, não pode ser queimado através de uma qualquer “Dança do Fogo”, por mais internacional que seja!

Não é assim que se defende e consolida a autonomia. Não é assim que se fomenta a solidariedade e não é deste modo que se procura, como devia, cumprir o objectivo fundamental e estatutário de promover o desenvolvimento económico e social.

Finalmente, para se poder exigir aos outros agentes políticos, é preciso que da parte da Região, também não seja prosseguida uma prática política mal intencionada, ou sequer desleixada, que ponha em causa boas teorias por parte da Região, as quais se exigem ao Estado e à Europa.

Nestes termos e neste tempo, porque antes tarde que nunca, importa que esta Assembleia Legislativa desempenhe o papel político e institucional que lhe cabe, assumindo os seus deputados todos os deveres de responsáveis políticos, em satisfação dos compromissos que assumiram directamente do povo açoriano.

Assim, os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Popular, propõem, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 23.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, que a Assembleia Legislativa Regional, no uso da competência prevista na alínea a) do art.º 32.º do referido Estatuto, aprove a seguinte Resolução:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores resolve recomendar ao Governo Regional, que em cumprimento do Programa de Governo e em prol da consolidação e dignificação da autonomia, passe a submeter sempre ao critério de análise custo-benefício, numa perspectiva de desenvolvimento económico-social dos Açores, as despesas com propaganda institucional e com festas de inauguração.

Horta, 16 de Setembro de 2003

Os Deputados Regionais, Alvarino Pinheiro e Paulo Gusmão”

Proposta de Resolução

Construção de um novo edifício escolar (EB/JI) na Freguesia das Manadas

Considerando que a qualificação dos recursos humanos é uma condição fundamental para o desenvolvimento e expansão económicos, bem como para a afirmação de uma identidade;

Considerando que a existência de boas e funcionais instalações concorre para a motivação dos alunos e, conseqüentemente, para a promoção do sucesso educativo;

Considerando o papel de revitalização social desempenhado pelos estabelecimentos de ensino no seio de pequenas comunidades;

Considerando que o Despacho Normativo nº24/2001, de 26 de Abril, prevê que nas freguesias com mais de um estabelecimento de ensino se fará o encerramento daquele que for frequentado por menos de 10 alunos;

Considerando que na freguesia de Manadas, concelho de Velas, existem dois estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo, ambos frequentados por mais de 10 alunos;
Considerando que a população da dita freguesia se opõe à proposta do Governo Regional, de concentrar toda a população escolar num só edifício, tão só por este não dispor de condições funcionais e pedagógicas;

Assim, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, apresenta, a seguinte Proposta de Resolução:

Recomendar ao Governo Regional que seja dada prioridade à construção de um novo edifício escolar (EB/JI) na freguesia das Manadas, e que até à sua conclusão se mantenham em funcionamento as duas actuais escolas.

Horta, Sala das Sessões, 16 de Setembro de 2003

Os Deputados Regionais: José Manuel Bolieiro, Mark Marques e Joaquim Machado.

Proposta de Resolução

Recomenda ao Governo regional que, em colaboração com a Câmara Municipal das velas, promova a construção de um novo edifício escolar que sirva com os necessários requisitos de qualidade os alunos residentes na freguesia das Manadas.

A reestruturação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, segundo o Regulamento de Gestão Administrativa e Pedagógica de Alunos, segue os princípios que determinam que, quando numa freguesia exista mais de uma escola, o seu encerramento é obrigatório sempre que a frequência for inferior a 10 alunos.

Por outro lado, o Despacho Normativo nº 20/2002, de 26 de Abril, dispõe que em cada freguesia funciona apenas um estabelecimento de educação e ensino oferecendo conjuntamente a educação pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico, determinando que o funcionamento de mais de uma escola apenas será mantido quando se verifique que nenhum dos edifícios escolares existentes permita acomodar todas as crianças da educação pré-escolar e alunos do 1º ciclo do ensino básico ou quando resultem distâncias superiores a 3 km entre o local de residência e o edifício escolar e não seja possível criar uma rede de transporte com características adequadas ao grupo etário a transportar.

Considerando que o edifício dos Terreiros, situado a cerca de 800 m do edifício das Manadas, oferece as condições pedagógicas mínimas para nele funcionarem duas turmas do 1º ciclo do básico e uma turma da educação pré-escolar, tendo três espaços lectivos, enquanto que o das Manadas apenas um, e que, finalmente, a junção das duas turmas existentes até esta data, cada qual com quatro anos de escolaridade do 1º ciclo, permitirá a criação de novas turmas mas cada uma com apenas dois anos de escolaridade;

Considerando, finalmente, que a população escolar da freguesia das Manadas bem como daquela zona do Concelho das Velas, necessita de um novo edifício escolar que possibilite, melhores condições de ensino-aprendizagem tendo em vista, entre outras, as crianças com necessidades educativas especiais, a introdução de língua estrangeira, da música, das novas tecnologias de informação e comunicação, e ainda os espaços para alimentação e tempos livres dos alunos.

Assim, os Deputados do Grupo Parlamentar do PS/Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, apresentam a seguinte proposta de resolução:

A Assembleia Legislativa Regional recomenda ao Governo Regional que, em colaboração com a Câmara Municipal das Velas, promova a construção de um novo edifício escolar que sirva com os necessários requisitos de qualidade os alunos residentes na freguesia das Manadas.

Horta, Sala das Sessões, 16 de Setembro de 2003

Os Deputados Regionais: Manuel Silveira, António Gomes, Francisco Sousa, José Rego, Manuel Avelar, Nélia Amaral, José San-Bento e Osório Silva

Proposta de Resolução

Recomenda ao Governo Regional que, ao fechar escolas com vista à concentração de alunos, dê prioridade às obras de remodelação e beneficiação do edifício que será utilizado

Considerando que o Governo Regional pretende fechar uma das duas escolas do 1º ciclo da Freguesia das Manadas, concentrando na actual escola dos Terreiros todos os alunos da freguesia;

Considerando que o edifício da referida escola não apresenta presentemente as melhores condições;

Considerando que este processo de concentração de alunos, o qual apresenta vantagens pedagógicas desde que mantenha um edifício em cada freguesia, já foi feito em outras freguesias da Região, nomeadamente em outras do Concelho das Velas;

Considerando que, embora o ideal seja a construção de um edifício novo concebido para as novas necessidades e desafios pedagógicos, é prioritário assegurar as condições mínimas aproveitando recursos existentes com vantagens para todos;

Considerando que na Região, e no Concelho das Velas de uma forma especial, existem diversas situações similares que necessitam de uma resposta urgente;

Os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Popular, propõem, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 23.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, que a Assembleia Legislativa Regional, aprove a seguinte Resolução:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores recomenda ao Governo Regional que, ao fechar escolas com vista à concentração de alunos, dê prioridade às obras de remodelação e beneficiação do edifício que será utilizado, proporcionando assim as condições necessárias para que essa concentração traga vantagens para os próprios alunos, também sob o ponto de vista do ambiente de trabalho.

Horta, 16 de Setembro de 2003

Os Deputados Regionais, Alvarino Pinheiro e Paulo Gusmão

Proposta de Resolução

Construção da Escola EB/JI da Freguesia das Manadas

Considerando a situação concreta observada pela Comissão dos Assuntos Sociais, quanto à natureza, condições e número de alunos existente em cada um dos dois edifícios escolares na Freguesia das Manadas, Concelho de Velas.

Considerando que nenhum desses edifícios, nem o das Manadas com apenas uma sala, nem o dos Terreiros, com três salas, uma das quais insalubre, tem condições para albergar todos os alunos existentes;

Considerando, além de mais, que o edifício da Escola dos Terreiros, não tem um mínimo de condições, pela sua arquitectura, distribuição de espaços, escada e zonas anexas, para funcionar ele próprio como escola;

Considerando assim que a pretensão da Secretaria Regional da Educação e Cultura em juntar nesse edifício dos Terreiros todos os alunos, em vez de resolver algum problema, agrava globalmente a situação:

Considerando, por outro lado, que a alegada vantagem pedagógica da junção das escolas, só existiria se houvesse, o que não acontece, um edifício na Freguesia com condições mínimas para tal;

Considerando a disponibilidade oficialmente decidida e divulgada da Câmara Municipal das Velas em colaborar activa e imediatamente na construção da nova Escola das Manadas;

Considerando que não há qualquer razão para abandonar o princípio de uma Freguesia, uma Escola, princípio basilar para que exista uma distribuição harmónica da população;

Considerando, finalmente, a opinião da população da Freguesia das Manadas, limpidamente expressa na Petição que foi presente;

O Grupo Parlamentar do PCP, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, apresenta a seguinte proposta de Resolução:

A Assembleia Legislativa Regional, depois de completamente informada sobre a situação escolar do pré-primário e do 1º ciclo do básico, na Freguesia das Manadas, Concelho de Velas, recomenda ao Governo Regional:

1º - Que seja dada prioridade à construção de um novo edifício escolar (EB/JI), na Freguesia das Manadas, Concelho de Velas.

2º - Que sejam, de imediato, promovidas diligências com vista à rápida conclusão de um Protocolo entre o Governo Regional e a Câmara Municipal de Velas, tendo em vista a execução da obra da nova Escola da Freguesia.

3º - Que até à construção da nova Escola estar concluída se mantenha em funcionamento os dois edifícios escolares existentes nas Manadas.

Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sala das Sessões 17 de Setembro de 2003

Os Deputados Regionais do PCP, José Decq Mota e Paulo Valadão

A Redactora: Maria da Conceição Fraga Branco